



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

Antonio Carlos Batista de Souza



Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – município de Manacapuru-AM

MANAUS – 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

Antonio Carlos Batista de Souza

Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, linha de pesquisa: território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof.Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

MANAUS – 2010

Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

<i>S729s</i>	<p>Souza, Antonio Carlos Batista de</p> <p>Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM / Antonio Carlos Batista de Souza . - Manaus: UFAM, 2010.</p> <p>134 f.; il. color.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz</p> <p>1. Agricultura familiar 2. Várzea – Amazônia 3. Etnologia - Amazônia I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU 316.728(811.3)(043.3)</p>
--------------	--

ANTONIO CARLOS BATISTA DE SOUZA

Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal do Amazonas. Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

(Presidente e Orientador – UFAM)

Prof.Dra. Amélia Regina Batista Nogueira

(Membro - UFAM)

Prof.Dr. Silvio Simione da Silva

(Membro - UFAC)

AGRADECIMENTOS

A Deus que na sua infinita sabedoria demonstrou que na própria natureza existem mensagens de esperança e conforto: flores nascem no mato e espinhos são cobertos pelas rosas.

Ao professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, pela confiança em mim depositada desde os tempos de PIBIC, e pelas sugestões, estímulo e persistência na orientação dessa dissertação.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela honra de fazer parte dela.

Ao Arão Bentes, pela amizade, troca de experiências, inteligência e apoio nessa jornada.

Ao Josué Prado, pela amizade e paciência no apoio técnico para a elaboração desse trabalho.

Aos camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro, sobretudo àqueles com quem eu criei um “laço afetivo” entre os quais o Ricardo, o senhor Milton, o senhor Elias, o senhor Ivo, a dona Izolene e os irmãos Marcos e Marcelo.

À minha mãe e familiares por todo carinho e apoio.

Ao “júnior” de todas as horas. De todos os bons e difíceis momentos.

Aos colegas de turma, aos professores do curso, à secretaria e à coordenação.

À SEDUC e à SEMED pela confiança e apoio ao me liberarem para a realização desse estudo.

RESUMO

Pretende-se com esse estudo, compreender o processo de formação/transformação dos sítios no ambiente de várzea do complexo Solimões-Amazonas, considerando as principais práticas de manejo e sua repercussão na organização da produção dos pequenos agricultores que habitam a Costa do Pesqueiro, município de Manacapuru-AM. Nesses antigos sítios no passado predominavam grandes seringais e cacoeiros que dominavam a paisagem, mas que agora estão sendo enriquecidos por espécies frutíferas, como o cupuaçu, côco, banana, açaí, jambo, limão, caju, graviola e muitas outras espécies de valor econômico e nutritivo. Mesmo com a decadência do ciclo da borracha na Amazônia, e conseqüentemente da perda pelo interesse na exploração das seringueiras e cacoeiros, os antigos sítios (seringais) ainda são encontrados em várias propriedades da Costa do Pesqueiro, mesmo que consorciados com outras espécies arbóreo-frutíferas adaptadas às condições ambientais da região amazônica. Apesar das seringueiras e cacoeiros terem perdido a importância do ponto de vista comercial, permanecem, em virtude do laço afetivo que os moradores mantêm com esse ambiente, pois muitos deles, principalmente os mais idosos, foram os responsáveis pelo plantio. Contudo, os moradores mais novos e migrantes, sem esse laço afetivo, iniciaram o processo de derrubada. Os sítios do baixo rio Solimões vivem entre a ruptura e a adaptação. No passado, a borracha e o cacau, hoje, principalmente, o cupuaçu. Dessa forma, refletiremos sobre as transformações que vêm ocorrendo nesses sítios, desde a crise da borracha e a ascensão de outras espécies frutíferas.

Palavras-Chave: Sítios – produção familiar camponesa – várzea - Amazônia.

ABSTRACT

It is intended with this study, to understand the process of formation / processing sites in a lowland complex Solimões-Amazonas, considering the main management practices and their impact on the organization of production of small farmers who inhabit the Coast Fishery, municipality of Manacapuru-AM. In these ancient sites in the past dominated large plantations and kids that dominated the landscape, but are now being enriched by fruit species, as cupuaçu, coconut, banana, acaí, jambo, lemon, cashew, soursop and many other species of economic value and nutritious. Even with the decline of the Amazon rubber boom, and consequently the loss of interest in the exploitation of rubber trees and cocoa trees, the ancient sites (groves) are still found in several properties of the Fishery Coast, even if mixed with other species of trees and fruit adapted to environmental conditions in the Amazon region. Despite the rubber and cocoa trees have lost their importance from the point of view, remain, because of the emotional bond that residents have with this environment, since many of them, especially older ones, were responsible for planting. However, residents and newer immigrants, without this bond of affection, began the process of clearing. The sites of the lower Solimões River live between disruption and adaptation. In the past, rubber and cocoa, today, mainly cupuaçu. Thus, we will reflect on the changes that are occurring at these sites, since the rubber crisis and the rise of other fruit species.

Keywords: Sites - peasant family production - floodplain - Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Imagem de Capa: – Tipos humanos da várzea amazônica. In: MANACAPURU “Estudos Sociais”.
Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1988.

Figura 01 – Localização da comunidade N.S. do P. Socorro	15
Figura 02 - Restinga “transbordada”, na Costa do Pesqueiro, na cheia de 2009	28
Figura 03 - Paisagem com diversos tipos de formações vegetais encontradas na várzea do rio Solimões-Amazonas (Costa do Pesqueiro)	29
Figura 04 - Perfil linear da Comunidade N. S. do Perpétuo Socorro	39
Figura 05 - “Núcleo comunitário” da Comunidade N. S. do Perpétuo Socorro com destaque para a Escola Lima Bernardo (Costa do Pesqueiro)	41
Figura 06 - “Núcleo comunitário” da Comunidade N.S.do Perpétuo Socorro com destaque para a Igreja (Costa do Pesqueiro)	42
Figura 07 - Sede Social da Comunidade N.S. do Perpétuo Socorro	42
Figura 08 - Perfil da Comunidade Nova Jerusalém.	45
Figura 09 - Igreja Assembléia de Deus Tradicional	48
Figura 10 - Perfil esquemático-linear das comunidades	49
Figura 11 - Sítio no baixo rio Solimões	53
Figura 12 - Plantação de cheiro-verde	54
Figura 13 - Plantação de melancia	55
Figura 14 - Plantação de maxixe	55
Figura 15 - Sítios da Costa do Pesqueiro “instalados” nas restingas	61
Figura 16 - Componentes arbóreo-frutíferos nos sítios.	61
Figura 17 - Organização e evolução dos sítios.	63
Figura 18 - Sítio na casa dos antigos moradores.	65
Figura 19 - Camponês-ribeirinho comercializando seus produtos	67
Figura 20 - Criação de porcos	69
Figura 21 - Resquícios da criação de gado	70
Figura 22 – Ordenamento territorial das atividades	77
Figura 23 - Plantação de mamão	81
Figura 24 - Cercas protegendo o cupuaçu	85
Figura 25 - Fluxograma do comércio do cupuaçu	86
Figura 26 - Plantação de cacau.	87
Figura 27 - Costa do Pesqueiro durante a cheia de 2009	89
Figura 28 - Cupuaçuzeiros morrendo	91
Figura 29 - Cupuaçus definhando	91
Figura 30 - Componentes arbóreos debaixo d’água	93
Figura 31 - Componentes arbóreos após a cheia	94
Figura 32 - Plantação consorciada de melancia e jerimum	95
Figura 33 - Seringueiras derrubadas	97

Figura 34 - Seringueiras em processo de queima	98
Figura 35 - Sítio enriquecido com goiabeiras	106
Figura 36 - Frigorífico-flutuante	111
Figura 37 - Camponês-ribeirinho deslocando-se para o lanço	113
Figura 38 - Camponês-ribeirinho na pesca do peixe liso	114
Figura 39 – Camponês- ribeirinho tecendo malhadeira	116
Figura 40 – Cenário da seca no rio Solimões	119
Figura 41 – Flutuante “em terra” no rio Solimões	120
Figura 42 – Dificuldade de locomoção provocada pela seca	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Ocorrência das espécies arbóreo-frutíferas na Costa do Pesqueiro antes da cheia “excepcional” de 2009	83
Gráfico 02: Estrutura das unidades familiares e, por conseguinte, dos sítios após a cheia “excepcional” de 2009 na Costa do Pesqueiro	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Histórico das “cheias excepcionais” dos rios Negro/Solimões	31
Tabela 02: Principais espécies de plantas medicinais da Costa do Pesqueiro	56
Tabela 03: Calendário agrícola da Costa do Pesqueiro	66
Tabela 04: Principais espécies resistentes e não resistentes às inundações	80
Tabela 05: O cupuaçu no Amazonas	82
Tabela 06: Calendário agrícola das atividades pesqueiras da Costa do Pesqueiro	107
Tabela 07: Principais espécies de peixes da Costa do Pesqueiro	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM - Amazonas

CPRM – Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

MME - Ministério de Minas e Energia

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IBAMA - Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDAM - Instituto do Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

SEPROR - Secretaria de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - Ambiente e vida regional ritmado pela várzea	26
1.1 Importância da várzea no modo de vida dos camponeses-ribeirinhos	32
1.2 Uma comunidade camponesa Amazônica	34
1.3 Nova Jerusalém: transformações orquestradas pela fé	44
CAPÍTULO II - Características dos Sítios	52
2.1 Diferentes práticas e cultivos	54
2.2 Família, produção e trabalho: os sítios da Costa do Pesqueiro	59
2.3 Sítio é sítio, roça é roça	74
CAPÍTULO III - As rupturas: formas de organização social e de produção nos sítios	78
3.1 Cercas e atravessadores... a força do cupuaçu	79
3.2 A força do cupuaçu e da “floresta de alimentos” em xeque	88
3.3 Consequências das enchentes/cheias sobre os sítios	95
3.4 Novas rupturas: transformações socioeconômicas no setor pesqueiro e sua influência sobre os sítios	106
3.5 Depois do flagelo da cheia, o dissabor da seca	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXO	135

Introdução

O tema proposto “Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – município de Manacapuru-AM” tem como objetivo geral a compreensão das transformações na organização da produção dos pequenos agricultores, no qual se analisará o processo de formação/transformação dos sítios no ambiente de várzea do baixo Solimões-Amazonas, considerando as principais práticas de manejo e sua repercussão na organização espacial.

O trabalho está delimitado a uma pequena parte do baixo rio Solimões (figura 01), no Município de Manacapuru-AM. Compreendemos que ao se estudar os sítios do baixo rio Solimões, mais precisamente, os da Costa do Pesqueiro I, em nenhum instante deve-se desvencilhar da realidade que é o rio, a várzea, na vida do camponês-ribeirinho. E, que a várzea em sua *metamorfose*, tem o poder de criar e recriar rupturas e adaptações¹ na paisagem. No passado, a borracha e o cacau, hoje, principalmente, o cupuaçu. Pretende-se, assim, refletir sobre as transformações que vêm ocorrendo nesses sítios, com a derrubada das seringueiras e cacauzeiros e a ascensão de outras espécies frutíferas.

Os objetivos específicos pretendem (1) identificar as principais espécies vegetais presentes nas áreas de várzea da Costa do Pesqueiro; ao mesmo tempo, (2) verificar a relação existente entre a organização (plantio) desses sítios pela população local e as condições dos fatores naturais; e (3) inferir no estudo as transformações culturais e sociais nessa comunidade influenciadas pelos novos moradores e migrantes, bem como o avanço da pesca no lugar.

¹ O tema proposto ao utilizar os verbetes rupturas e adaptações não tem o objetivo de polemizar ou esgotar conceitos. Acima de tudo, propomos compreender as transformações e interações que vem acontecendo nos sítios. Dessa forma, ao utilizarmos o termo ruptura não estamos partindo da idéia de rompimento (definitivo), mas sim de interrupção (de algo que foi substituído ou transformado), bem como ao utilizarmos o termo adaptação, estamos partindo apenas da idéia de integração de uma pessoa ao ambiente.

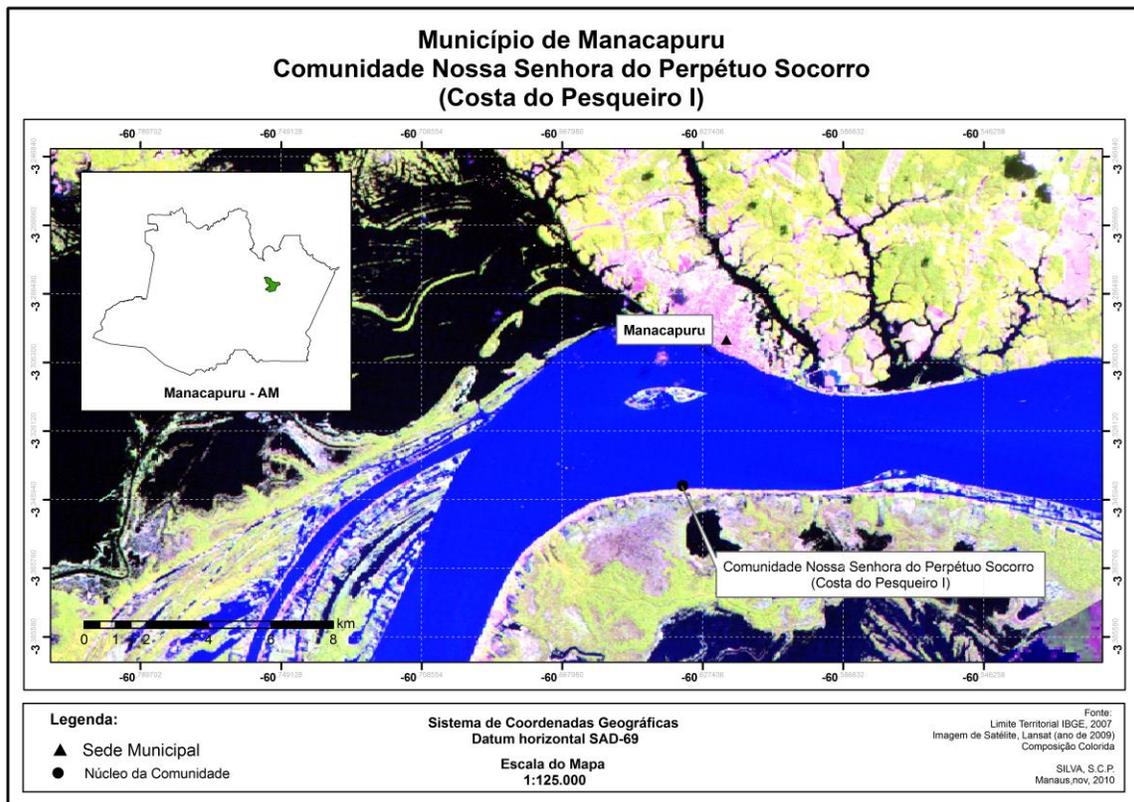


Figura 01: Localização da Comunidade N. S. do Perpétuo Socorro (Costa do Pesqueiro I).
Fonte: IBGE, 2007.
Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

No tocante à metodologia da pesquisa, a tarefa de compreender as transformações na organização da produção dos pequenos agricultores, temos na dialética o ponto de partida para o estudo das transformações/contradições.

A escolha das pessoas a serem entrevistadas levou em consideração a disponibilidade dos entrevistados, sem obedecer às regras formais. No referido lugar levou-se em conta os aspectos espaciais (geográficos), ecológicos e socioeconômicos. Para efeito da pesquisa selecionou-se cerca de 30 unidades familiares a fim de que se fizessem a aplicação de questionário individual e a entrevista semi-estruturada (ver anexo I e anexo II) na qual os entrevistados descreveram sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado.

Na execução do trabalho de campo, os meios de transporte utilizados foram pequenos barcos, canoas e rabetas². Em vários momentos tratamos de aspectos socioeconômicos, ao inferirmos no estudo as transformações culturais e sociais. Dessa forma, lançamos mão dos seguintes recursos: 1) buscar referências em diversos autores clássicos e contemporâneos subsídios sobre a temática estudada; 2) entrevistar, sobretudo, os antigos moradores, a fim de perceber por meio deles como eram os antigos sítios.

A coleta de dados realizada contempla o uso de entrevistas semi-estruturadas adequadas aos objetivos da pesquisa, tendo como fim resgatar dados que indiquem a relação do dia-a-dia dos camponeses-ribeirinhos e suas atividades. Prestes (2008:28) enfatiza que “coletando o material, é preciso analisá-lo, selecioná-lo, e dividi-lo em tópicos que constituirão as partes do trabalho. Feito isso e após muita reflexão, pode-se organizar o plano definitivo do trabalho”.

Este processo implica diretamente num resgate por meio da história oral e história de vida, possibilitando-nos pensar no desenvolvimento e transformações dos sítios no baixo rio Solimões e suas atribuições e tribulações ao longo do tempo.

A utilização de questionários (complementada com o uso de material fotográfico visando registrar os aspectos do imaginário social do cotidiano) consistindo em perguntas abertas e fechadas, envolvendo os agentes sociais diretamente relacionados com a pesquisa e a questão estudada, nos conduziu a perceber e corrigir as limitações e as imperfeições dos instrumentos para melhor atender aos objetivos da pesquisa.

Para dar consistência teórica à pesquisa, serão consideradas, a princípio, duas categorias conceituais: sítio e camponês. É imprescindível mencionar, em linhas gerais, que na presente dissertação se optará pela designação “sítio” em

² Também conhecido localmente como “*honda*”. Trata-se de uma canoa motorizada utilizada para pesca e transporte de pequenas cargas e poucos passageiros.

substituição ao termo técnico “sistema agroflorestal” a fim de melhor caracterizar esse sistema de produção praticado pelos pequenos produtores, em áreas relativamente pequenas, que fazem uso da mão de obra familiar.

Lima (1994:32) afirma que “não há na comunidade científica regional um vocábulo padronizado que designe a área cultivada ao redor da casa do produtor”. No caso da Costa do Pesqueiro, constata-se que a denominação sítio e quintal é a mais empregada, principalmente pelos antigos moradores.

Bahri (1992) ao estudar os sistemas agroflorestais relaciona sete diferentes tipos e características: (1) seringais nativos; (2) velhas plantações de seringueiras e cacauzeiros; (3) velhas plantações de seringueiras e cacauzeiros, enriquecidas com fruteiras; (4) pomares poliespecíficos; (5) pomares monoespecíficos; (6) jardins caseiros e (6) pastagens sob seringais.

Bahri (1992) afirma que “em qualquer das definições adotadas [...] pelos diversos autores, há uma afirmativa comum: o lugar de importância que tem o componente arbóreo como elemento estrutural do sistema”.

[Os sítios] podem ter se originado em tempos pré-históricos quando caçadores e extrativistas deliberadamente ou acidentalmente dispersavam sementes de espécies frutíferas nas circunvizinhanças de seus acampamentos (HUTTERER, 1994 apud LIMA, 1994).

No novo mundo, a origem [...] parece estar relacionada à cultura indígena. Alguns dos mais ricos e produtivos solos na Amazônia são aqueles chamados de “terra preta dos índios”, cuja existência pode estar relacionada à manipulação pelos índios de algumas áreas de solos amazônicos considerados geralmente de baixa fertilidade (POSEY, 1985 apud LIMA, 1994).

A prática de cultivar ao redor das casas ou acampamentos é uma velha tradição que evoluiu em um longo tempo a partir de antigas práticas dos caçadores, índios e extratores e que continuou nas civilizações antigas até os tempos modernos (SOEMARWOTO, 1987 apud LIMA, 1994).

A Costa do Pesqueiro apresenta topografia favorável para o desenvolvimento de sítios, onde os mesmos são assentados em locais livres das inundações médias, ou seja, em locais altos, no topo da restinga (dique marginal), onde geralmente também são estabelecidas a casa de moradia e as dependências utilitárias. Uma das características desses sítios é o cultivo de distintas culturas vegetais, assim como a criação de pequenos e grandes animais.

O cultivo de distintas culturas vegetais são influenciados pela oscilação das enchentes/cheias. Assim, essas populações, com o íntimo conhecimento das flutuações das águas, podem cultivar terras renovadas anualmente pelos sedimentos andinos.

Os sítios vêm sendo utilizados principalmente pelos agricultores tradicionais das várzeas da Amazônia, onde em sua maioria são impossibilitados de utilizarem as tecnologias agrícolas denominadas “modernas”, caracterizadas pelo uso intensivo de insumos como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Porém, face ao conhecimento da fertilidade dos solos, os pequenos produtores conseguem criar um estilo próprio de desenvolvimento capaz de atender as suas necessidades mais urgentes.

Com uma ampla variedade vegetal cultivada, anual e perene, a história dos sítios na Amazônia pode ser a redescoberta da interação ecológica entre a floresta e o homem.

Os sítios nas várzeas da Amazônia, em especial da Costa do Pesqueiro I, existem, e estão voltados para o autoconsumo familiar. A sua organização e

funcionalidade exerce um grande fascínio sobre as pessoas, porque lidam com o sempre sedutor lado oculto, marginalizado e muitas vezes esquecidos das comunidades tradicionais.

Referindo-se mais especificamente sobre a várzea do baixo rio Solimões-Amazonas (área definida para a pesquisa) o projeto RADAMBRASIL (1976:Folha S.A – 21) utilizando o critério hidrológico definiu essa unidade geomorfológica da planície amazônica, conhecida regionalmente como várzea em duas: a planície fluvial alagada e a planície fluvial inundável. A primeira diz respeito às áreas que permanecem praticamente submersas, mesmo quando o rio Amazonas se encontra no seu nível mais baixo. A segunda corresponde às áreas que são alagadas somente durante as enchentes/cheias.

No passado, nos sítios da Costa do Pesqueiro predominavam grandes seringais e cacuais, que dominavam a paisagem, agora estão sendo enriquecidos por espécies frutíferas, como goiabeiras, cajueiros, mangueiras e, principalmente, o cupuaçu.

A vegetação natural da várzea é a floresta. Contudo, é importante ressaltar que esse tipo de vegetação difere-se das que são encontradas na terra firme, pois somente se desenvolvem nas várzeas aquelas espécies resistentes às inundações periódicas. A várzea do rio Solimões-Amazonas é caracterizada por diversos tipos de formações vegetais, que obedecem geralmente a condições ecológicas locais como: topografia do terreno, textura dos sedimentos, duração, frequência e altura das enchentes e velocidade da correnteza das águas.

Outra designação que será empregada é a de “camponês-ribeirinho”, por se entender que se verifica na área de estudo um conjunto de [nove] elementos que o caracterizam. Ribeirinho [...] entendido, literalmente, como quem mora às margens

do rio, dos igarapés³. Com a designação “ribeirinho”, empregaremos o termo camponês: “camponês-ribeirinho”.

O primeiro dos nove elementos⁴ [verificados] que se destacam na caracterização da produção camponesa é a *força de trabalho familiar*. É o elemento chave de todo o processo de trabalho na produção camponesa. Quando essa força de trabalho familiar é insuficiente e não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho, ela pode ser completada pela *ajuda mútua* entre os camponeses. Segundo Oliveira (1996:56) “a ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar, pois em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”.

Na Amazônia, ainda hoje, em muitas comunidades é comum a prática da ajuda mútua denominada de “puxirum”, “ajuri” ou “mutirão” que consiste na ajuda que um grupo de moradores da comunidade fornece a uma família em dificuldade para realizar determinadas tarefas, por motivos como doenças ou uma enchente/cheia, por exemplo. Em contrapartida, a família que receber a ajuda terá a obrigação moral de retribuir o serviço quando for solicitada.

Outro elemento verificado na produção camponesa decorrente muitas vezes das dificuldades financeiras do camponês para assalariar permanentemente trabalhadores em sua propriedade, é a *parceria*. O camponês ao contratar o “parceiro” divide com ele os possíveis custos e os possíveis ganhos. O próximo elemento componente da produção camponesa verificado é o *trabalho acessório*. Santos (1978:37) exemplifica que nesse caso “o camponês passa a ser um assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas”. Percebe-se, então, que através do trabalho

³ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia. São Paulo-SP. Tese de Doutorado, 2007 (p.08).

⁴ Sobre esses nove elementos de produção ver: SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.

acessório o camponês transforma-se periodicamente em trabalhador assalariado a fim de complementar o rendimento da família. Ainda sobre essa relação terra/trabalho, o camponês ao aceitar o trabalho acessório não implicará na perda de sua condição camponesa.

O ambiente amazônico marcado muitas vezes pelos períodos de enchente/cheia/seca/vazante acaba muitas vezes influenciando no ciclo agrícola, exigindo mais rapidez e trabalhadores na extração/colheita. Dessa forma, os fatores naturais atrelados ao fator tempo e a insuficiência de pessoas em idade de trabalhar acabam por fazer surgir, por extrema necessidade a *força de trabalho assalariada* (e temporária). Esse pagamento é feito por jornada de trabalho, que pode ser através de diárias ou quando muito, pouco mais de um mês.

A *socialização do camponês* é também outro elemento importante para a reprodução da força de trabalho familiar através dos ensinamentos repassados para as crianças a fim de conhecerem desde cedo o trabalho, as tarefas e funções que poderão executar, sobretudo, quando adultos e dessa forma não deixar desaparecer o modo de vida camponês. Alternando pequenos trabalhos, brincadeiras e os estudos a criança inicia-se dentro da divisão social do trabalho na unidade de produção camponesa.

Um dos mais importantes elementos da produção camponesa constatados é o da *propriedade da terra*. Verificado como propriedade familiar, diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio [...]. É, pois *terra de trabalho*⁵. Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a *propriedade dos meios de produção*, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios

⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. Contexto. São Paulo, 1996 (p.61).

de produção, que o camponês trava relação com o capital⁶. [...] A *jornada de trabalho* é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados⁷.

Diante desse quadro geral e específico, nesse trabalho, buscaremos compreender a produção camponesa na várzea do baixo rio Solimões, observando a geografia dos sítios e suas transformações na maioria das vezes significativas na vida do camponês-ribeirinho em sua relação com a natureza. Deve-se levar em conta que:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas, os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégias que dizem respeito aos camponeses (SHANIN, 1980:75).

A passagem de um modo de produção a outro se realiza segundo períodos de transição, nos quais se produz um desajuste entre as formas de produzir e a maneiras de pensar e atuar. Aparecem assim novas lógicas sociais que transformam as relações entre os homens e a maneira de atuar sobre a natureza para extrair dela as condições materiais da vida social (GUSMÁN, 2005:44).

O modo de vida do camponês-ribeirinho está intimamente relacionado com o ciclo anual do rio o que faz surgir uma produção familiar camponesa baseada numa estratégia de múltiplos recursos que envolvem a pesca, a agricultura, a

⁶ Idem, p.63

⁷ Idem, p.64

pecuária, a criação de pequenos animais e o extrativismo florestal. O regime das águas do rio Solimões é ideal para a agricultura, onde as restingas (como na Costa do Pesqueiro) têm sido um dos locais preferidos para a ocupação, pesca coleta e plantio bem como a organização dos sítios. Os lagos de várzea, por sua vez, têm sido utilizados como uma importante área de pesca, e os campos naturais bastante utilizados para a pecuária.

A associação desses tipos diferentes de água cria um misto de lagos, lagoas e canais de águas transparentes, preta e branca que propiciam uma extraordinária variedade de condições para o desenvolvimento de plantas aquáticas e vida animal, fazendo surgir uma espantosa sociodiversidade, propiciando o equilíbrio entre os ribeirinhos e a natureza. A agricultura, a pesca, a pecuária e a pequena criação de animais integram o ciclo anual da várzea. Surgem, assim, as estratégias de manejo do ribeirinho que tem que seguir o ritmo sazonal imposto pela subida e descida anual do rio.

Considerando-se que o objeto da ciência é o universo material, físico, perceptível por meio dos órgãos dos sentidos ou da ajuda de instrumentos investigativos, o conhecimento científico se verifica, na prática, pela demonstração ou pela experimentação. E como se propõe a dar a conhecer os segredos da realidade, ele os explica, demonstrando-os com clareza e precisão e descobrindo suas relações de predomínio, igualdade ou subordinação com outros fatos ou fenômenos, o que resulta na conclusão de leis gerais, válidas universalmente para todos os casos de mesma natureza (PRESTES, op.cit.:18).

A dissertação está dividida em uma introdução, seguidas de três capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo constitui-se da análise do ambiente de várzea e sua importância no modo de vida do camponês-ribeirinho. Primeiramente, buscamos apresentar as concepções teóricas de interpretação dessa unidade da paisagem.

Na Amazônia, as atividades agrícolas são desenvolvidas geralmente em dois ecossistemas: terra firme e várzea.

A dessemelhança destes dois meios é refletida essencialmente pela disponibilidade de recursos naturais. Esquemáticamente, a terra firme oferece solos pobres e recursos naturais dispersos, determinando um modelo de exploração extensiva à população que nela habita, estruturada sobre as atividades de caça, coleta e agricultura itinerante. Antagonicamente, o homem da várzea é um agricultor sedentário que está integrado ao ecossistema fluvial, desenvolvendo sobre os ricos solos aluviais, uma agricultura estreitamente ligada ao ciclo anual das águas (BAHRI, 1992).

Logo após, sabendo-se que a várzea caracteriza-se por uma forte sazonalidade, buscaremos relacioná-la ao sítio, à comunidade, à força de trabalho familiar, à socialização e às diferentes práticas e cultivos.

O terceiro capítulo busca analisar as novas formas de organização de produção nos sítios e as transformações provocadas, principalmente, a partir da década de 1990, do século XX, quando os sítios começaram a ser derrubados e enriquecidos com novas espécies frutíferas. E, por fim, destaca a força e a importância do cupuaçu na organização econômica do lugar, afetada e comprometida pela grande enchente/cheia de 2009.

Abordaremos, ainda, a transformação na organização espacial ribeirinha e, por conseguinte, nos sítios, provocada pelo setor pesqueiro no baixo rio Solimões, a partir das novas territorialidades aquáticas, destacando-se nesse estudo as tensões e resistências, a gênese da ocupação e as práticas sociais constitutivas dentro dessa territorialidade ribeirinha. Por fim, abordaremos os reflexos e repercussões da maior vazante/seca da história em 108 anos de medição, que tal qual a maior enchente/cheia afetou o modo de vida dos camponeses-ribeirinhos.

Nas considerações finais, serão apresentadas as apreciações-reflexões sobre os resultados da pesquisa. Acreditamos que este estudo contribuirá para o conhecimento da Costa do Pesqueiro e, mais especificamente, das características dos sítios, de sua organização, do modo produção e trabalho praticado pelos camponeses-ribeirinhos.

Capítulo 1 - Ambiente e vida regional ritmado pela várzea

Normalmente, considera-se como várzea do rio Amazonas a planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são as proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio. Historicamente, a várzea foi a primeira fronteira de expansão da colonização européia na Amazônia. É necessário, então, que se ressalte que a água é um fator preponderante nessa paisagem. Assim, as principais práticas de manejo no complexo Solimões-Amazonas e as formas de produção dos pequenos produtores que habitam as margens do rio possuem uma situação particular com essa unidade geomorfológica que de acordo com o dicionário geológico-geomorfológico, Guerra (2001) define como “terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens dos rios. Constituem a rigor, na linguagem geomorfológica, o leito maior dos rios”.

Na Amazônia, este tipo de aproveitamento do solo é comum desde os tempos pré-colombianos exercendo um papel central na economia da região, graças aos seus solos férteis e a alta concentração de peixes. Iriondo (1982) classifica a Planície Amazônica em quatro unidades geomorfológicas: *Planície de Bancos e Meandros Atuais*, *Depósitos de Inundação*, *Planície de Meandros e Bancos Antigos* e *Depósitos Estuarinos*. Dessas quatro unidades geomorfológicas interessa-nos para efeito de estudo dos sítios na várzea do baixo Rio Solimões principalmente os *Depósitos de Inundação*.

A *Planície de Bancos e Meandros Atuais* corresponde á faixa de sedimentos arenosos que o rio deposita através de migração lateral, ao sul e ao norte do canal durante a fase atual. Esses depósitos ocorrem tanto no rio principal (Solimões-Amazonas) como nos inúmeros braços (paraná) que se formam ao longo do seu curso. Os bancos podem ter mais de 10 km de comprimento e largura que varia entre 100 e 200 m.

Planície de Meandros e Bancos Antigos, esta unidade geomorfológica apresenta características semelhantes à faixa de bancos e meandros atuais, no entanto, foi formada em uma fase anterior. A diferença entre estruturas antigas e atuais de um mesmo trecho, diz respeito ao seu tamanho e curvatura. A planície de bancos e meandros antigos vai até 60° 30' W a cerca de 100 km a montante de Manaus. Os *Depósitos Estuarinos* são caracterizados por uma superfície plana e baixa, com numerosas formas erosivas dendríticas, largas, associadas a barrancas também erodidas com formas semelhantes. Esta unidade aparece na zona vizinha à foz do rio Amazonas.

Os *Depósitos de Inundação* são caracterizados por áreas planas e homogêneas, com lagos de formas e tamanhos diversos e canais irregulares muito pequenos, frequentemente colmatados. Devido ao fato dessa unidade geomorfológica se encontrar geralmente a uma altura mais elevada (restinga) é a área propícia para o surgimento dos sítios, como na Costa do Pesqueiro, onde se verifica uma grande estrutura em forma de terraço, haja vista que salvo a ocorrência de grandes cheias essa área permanece livre das inundações, propiciando a prática de diversas atividades que vão da pesca à caça, da coleta ao plantio etc.

As manifestações mais impressionantes da água na paisagem amazônica são seus enormes rios e lagos. Logo, no âmbito geográfico desta pesquisa é importante que se leve em conta que a várzea é um meio ambiente heterogêneo, complexo e sempre desafiador para a ocupação humana.

Essas oscilações anuais do nível do rio fizeram com que a vida animal, vegetal e do próprio homem, produzisse uma enorme capacidade de adaptação a esse ambiente em constantes alterações. No médio Amazonas o rio começa a elevar seu nível em novembro e dezembro, coincidindo, também, com o aumento nos índices pluviométricos, chegando a atingir a cota máxima, principalmente nos meses de junho a julho, diferentemente do baixo Amazonas que tem seu máximo com aproximadamente um mês de antecedência, geralmente em maio. Já a vazante no médio Amazonas ocorre normalmente na segunda quinzena de junho

e primeira quinzena de julho, atingindo sua cota mínima principalmente nos meses de outubro e novembro. As cotas entre 28 e 29 m sobre o nível do mar são consideradas grandes cheias e acima dos 29 m como cheias excepcionais. Para a população local ambas são consideradas como “grande enchente”, porque geralmente transbordam as restingas mais altas da várzea da Amazônia (figura 02).



Figura 02: Restinga “transbordada”, na Costa do Pesqueiro, na cheia de 2009.

Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2009.

O calendário agrícola da várzea possui quatro estações que correspondem à combinação dos regimes fluvial (enchente, cheia, vazante e seca) e pluvial (“inverno” e “verão”). O mês de maio marca uma fase de transição, quando geralmente ocorre a normalização da precipitação pluviométrica e o nível das águas cruza a cota média. Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre da estação enchente/cheia, quando uma grande parte das áreas cultiváveis está submersa, causando uma redução drástica nas atividades da fase terrestre. Durante esta estação, pode haver o registro de temperaturas mínimas anormais devido à invasão de massas polares frias na região, fenômeno conhecido localmente por “friagem” (PEREIRA, 2007).

Diversas formações vegetais podem ser encontradas nas várzeas (figura 03). Nas partes mais altas da várzea geralmente encontram-se as árvores capazes de suportar as grandes inundações, durante meses. Outra característica da vegetação da várzea é a abundância de macrófitas aquáticas que podem cobrir áreas de vários quilômetros quadrados, onde a maior parte desta vegetação é formada por capins aquáticos e mostra por isso um aspecto de prado flutuante. A formação deste ciclo anual de plantas aquáticas e terrestres na mesma área baseia-se em crescimento rápido e altas taxas de reprodução.



Figura 03: Paisagem com diversos tipos de formações vegetais encontradas na várzea do rio Solimões-Amazonas (Costa do Pesqueiro). Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Sobre os diversos tipos de formação vegetal da várzea do rio Solimões-Amazonas, Junk (1983:60) afirma que:

O pré-requisito para esta produção alta são nutrientes em quantidades suficientes, que estão à disposição das plantas ou dissolvidos na água ou na forma de sedimentos que são anualmente levados na várzea pelo Solimões durante a cheia. Por isso, a várzea é comparável a um grande transformador biológico; recebe nutriente inorgânico e os devolve, em parte, em forma de

plantas aquáticas, troncos de árvores, folhas, material orgânico dissolvido, etc. novamente no Amazonas.

Constata-se que a ocupação da várzea tem sido baseada numa estratégia de uso múltiplo, envolvendo a agricultura, a pesca, o extrativismo de produtos florestais e a pecuária de pequena escala. Os habitantes da várzea têm variado a ênfase de suas estratégias de sobrevivência em resposta a mudanças nas oportunidades apresentadas na economia regional.

Aprofundando-se no estudo da dinâmica das várzeas, observa-se que:

A variação do nível do rio tem um efeito drástico na paisagem da várzea. Com o aumento do nível da água, os canais e os lagos se expandem de forma que apenas os pontos mais altos ficam fora d'água, formando um enorme lago com apenas as copas das árvores e as casas sobre palafitas indicando o formato da terra de baixo d'água. Nessa época do ano, os barcos podem navegar por dezenas de quilômetros atravessando a várzea. Na estação de água baixa, os lagos e canais secam parcialmente, expondo grandes áreas de vegetação graminácea e arbustiva. Em alguns meses, os lagos e os paranás, com exceção dos mais profundos, são reduzidos a poças de lama. Como resultado, as áreas distantes do rio principal podem ficar inacessíveis por água para embarcações maiores que uma canoa (McGRATH, 1993:97).

Agosto, setembro e outubro formam o trimestre que corresponde à estação vazante/seca. Esta estação se caracteriza por um menor nível das águas, mínimas mensais de precipitação, máximas de insolação e de evapotranspiração. Conhecido localmente por “verão”, este trimestre é marcado pelo aumento da oferta de áreas cultiváveis e conseqüente intensificação das atividades pecuárias. Durante esta fase, a redução da superfície dos corpos d'água permite também a intensificação das atividades produtivas aquáticas, entre elas a pesca lacustre e de canal. Além disso, a exposição do leito fertilizado dos lagos permite que nestes locais ocorra o crescimento acelerado de plantas herbáceas adaptadas á fase terrestre possibilitando a incorporação destes ambientes à paisagem agrária como áreas de pastagem naturais (PEREIRA,op.cit.:16).

É importante que se enfatize, mais uma vez, que as grandes cheias destacam-se nesse cenário pelas suas consequências, muitas vezes drásticas para os habitantes das várzeas. Aquelas em que as águas do Amazonas atingem a cota de 28 e 29 m são classificadas como grandes cheias. Já aquelas que ultrapassam níveis superiores acima de 29 m são denominadas de excepcionais (tabela 01). De acordo com esse critério ocorreram no período de 1903 a 2009, 44 grandes cheias e 10 cheias excepcionais⁸.

Tabela 01 – Histórico das “Cheias Excepcionais” dos Rios Negro/Solimões⁹

Nº de Ordem	Ano	Início	Fim	Nº de Dias	Pico da Cheia (m)
1	2009	30/08/2008	01/07/2009	244	29.77
2	1953	31/10/1952	09/06/1953	221	29.69
3	1976	30/11/1975	14/06/1976	197	29.61
4	1989	15/10/1988	03/07/1989	261	29.42
5	1922	02/11/1921	17/06/1922	227	29.35
6	1999	30/10/1998	23/06/1999	236	29.30
7	1909	31/10/1908	14/06/1909	226	29.17
8	1971	14/11/1970	24/06/1971	222	29.12
9	1975	11/12/1974	23/06/1975	194	29.11
10	1994	29/10/1993	26/06/1994	240	29.05

Fonte: CPRM

Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

⁸ CPRM, 2009; Relatório da Cheia do Rio Negro de 2009. CPRM- DHT, Manaus-Amazonas.

⁹ Adaptado de SALES, Nadir et.al. As maiores “cheias” e “secas” no Amazonas e as influências dos fenômenos “El Niño”, “La Niña”, “ODP” e “OMA” (www.cbmet2010.com/acesso:01/11/2010).

1.1 Importância da várzea no modo de vida dos camponeses-ribeirinhos

Contrastando com a terra firme, as áreas de várzea possuem os solos mais férteis de toda a Bacia Amazônica, dada a deposição de sedimentos resultante das inundações anuais periódicas, formando uma camada nova de solo fresco proveniente dos Andes. Apesar de representar em termos relativos, apenas pequena fração da Amazônia¹⁰, as áreas de várzea têm um papel muito importante, porque é nesses solos que se produz a maior parte das culturas de ciclo curto na região (ALFAIA, 1997).

Durante a época colonial e ao longo de quase 150 anos de predomínio de economia mercantil centrada no aviamento, a economia da Amazônia focalizou a região ribeirinha e, nela, a várzea desempenhou papel central. Da várzea foram extraídos produtos da floresta como cacau, cravo e ervas medicinais (as chamadas drogas do sertão), diversos tipos de madeiras, peixes, quelônios e o peixe-boi; nos solos da várzea plantaram-se arroz, cacau, juta, mandioca, frutas e verduras; os campos naturais da várzea receberam as principais criações de gado branco da Amazônia, só recentemente seguidas do búfalo (LIMA, 2005:12).

Na Amazônia, o ribeirinho é polivalente, atuando como pescador, agricultor e extrativista, fazendo uso dos diferentes ambientes em consonância com a dinâmica do nível das águas. Os camponeses-ribeirinhos, herdeiros de parte dos conhecimentos indígenas e criadores de um modo de vida adaptado às condições ecológicas da região, possuem um singular conhecimento sobre o uso apropriado da várzea amazônica, ocupando um papel central. O entendimento da organização dos sítios passa, necessariamente, pela compreensão das oportunidades e dos fatores limitantes do ambiente de várzea. Assim, Moran (1990:230) comenta que “as flutuações dos rios influem sobre as atividades dos moradores da várzea, que se desenvolvem de acordo com os ciclos fluviais”.

¹⁰ Aproximadamente de 1,5 a 2,0% da região, considerando os dados do RADAM BRASIL (1973-1978) apud Lima (1994).

Logo, pode-se perceber que o dinamismo desse ambiente se manifesta na complexidade da exploração dos recursos pelos habitantes da região.

Deve-se levar em conta no contexto desse estudo, o comentário de Witkoski (2007:203), destacando que:

O manejo sustentado, envolvendo terra, floresta e água implica, necessariamente, um processo de integração simultânea ou sequencial entre cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismos vegetal e animal, com o objetivo de obter um incremento da produtividade. Sem essa multiplicidade de atividades combinadas entre si, inseridas no ciclo natural das enchentes, cheias, vazantes e secas, a vida camponesa nas várzeas do Solimões/Amazonas, não poderia apresentar a singularidade que possui. Desse modo, essa singularidade não deve ser compreendida como algo exótico, mas como uma espécie de imperativo que se impõe a esses camponeses, num certo horizonte natural e social.

Face às citações anteriores, é interessante observar que a água está em primeiro lugar na realidade dos camponeses-ribeirinhos. O trabalho do rio Amazonas e dos rios de sua bacia vai desde a erosão ao transporte e à deposição de sedimentos em alta escala que fertilizam o solo em abundância.

Pode-se dizer que, nesses ambientes, natureza e homem se completam¹¹. A convivência desafiadora entre componentes humanos e a natureza são todas integradas no ciclo anual da várzea. Mais do que isso, pode-se afirmar que:

¹¹ Deve-se registrar o comentário de Noda (2007:12) afirmando que: “Há poucos registros na literatura científica retratando de maneira qualitativa e precisa como os atores sociais “ribeirinhos” contemporâneos são afetados pelos ambientes de várzeas, com o pulso das cheias e quais, em consequência, são as suas estratégias adaptativas e as escolhas tecnológicas adotadas”.

Existe uma estreita relação entre as características fisiográficas da área, principalmente relacionada aos sistemas lacustres, as atividades produtivas, o assentamento das casas e as demais atividades do cotidiano dos ribeirinhos, configurando-se unidades integradas e dinâmicas constituídas pela disponibilidade a todos os componentes ambientais. Sendo a acessibilidade determinada pela localização geográfica de cada conglomerado populacional. Além do acesso, o uso dos ambientes está determinado pela tradição cultural, diversidade de recursos naturais disponíveis, acesso ao mercado, qualidade dos solos para o plantio, extensão da área alagável e a distância dos assentamentos às áreas de terra firme adjacentes. Além dos lagos e ambientes aquáticos associados, outros ambientes são muito importantes para os meios de vida ribeirinha, entre os que destacamos os aningais, cacaias, ilhas aluvionais, praias, restingas, chavascais, entre outros (RIBEIRO; FABRÉ et.al. 2003).

1.2 Uma comunidade camponesa Amazônica

A Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, da Costa do Pesqueiro, localiza-se a sudoeste do Município de Manacapuru-AM. O acesso a essa comunidade é por via fluvial, geralmente por pequenas embarcações denominadas “*rabetas*” ou “*hondas*” que levam uma média de 20 a 30 minutos para fazer a travessia da sede da cidade de Manacapuru até a comunidade.

A ideia de comunidade está configurada pelo conjunto das particularidades concretas das múltiplas minorias sociais orgânicas que podem projetar endogenamente futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipar esses futuros em experiências presentes (FRANCO, 1995 apud RIBEIRO; FABRÉ et.al.,2003). “Comunitário”, por sua vez, é um termo de atribuição para identificar aquele que mora numa comunidade e dela participa, e pode ser utilizado por um morador para designar os demais. Os moradores das comunidades visitadas

preferem referir-se a si próprios como “agricultores” e, neste caso, trata-se de uma auto-definição que remete a viver da agricultura. “Ribeirinho” é outro termo encontrado e remete à vida na várzea, em áreas alagáveis, mas não é usual como auto-designação (PANTOJA, 2005). Contudo, deve-se levar em consideração, porém, o que afirma Ribeiro; Fabr  et.al., ao pontuar que:

A comunidade  , ao mesmo tempo, um conjunto de coloca es e, portanto, uma área delimitada, assim, como um conjunto de pessoas que vivem nessas coloca es e se relacionam entre si, através de atividades socioculturais, econ micas, religiosas e políticas. A comunidade representa ainda uma identidade para os seus moradores/integrantes (RIBEIRO;FABR  et.al.,2003:98).

Assim, ao se estudar as comunidades camponesas amazônicas devemos levar em considera o suas especificidades, seus valores, tradi es, interesses e anseios. De forma mais simplista, utiliza-se o termo “comunidade” quando nos referimos às concentra es populacionais da área rural com uma forte associa o com a religião e os valores da vida em família.

Dessa forma, pode-se perceber que ao longo de um secular processo histórico, desenvolveram-se as práticas e valores das comunidades amazônicas irmanadas pelo uso dos recursos naturais retirados dos rios, lagos, várzea e terra firme que caracterizaram sua organiza o social.

A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude   vida. A terra, substrato tanto da floresta como da água, nunca, ou quase nunca, aparece como mercadoria – ou seja, terras, para fazer negócios -, mas sempre como terra que tem por destino nela se trabalhar. A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrim nio que cria as condi es para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produ o. A terra do camponês amazônico   a terra de várzea e, como tal, possui todas as caracteriza es assinaladas. Sem a enchente e a cheia que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as

condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como *terras de trabalho* não seriam possíveis (WITKOSKI, op.cit: 190-191).

Um aspecto importante na definição de comunidades tradicionais é a existência de formas de manejo dos recursos naturais determinados pelo respeito aos ciclos naturais, nunca explorando os recursos além do limite da capacidade de sua recuperação natural. Essas formas de exploração se revelam não somente economicamente viáveis, mas principalmente detentora de conhecimentos herdados pelos comunitários de seus antepassados (DIEGUES,1996 apud MENDONÇA, 2007).

A Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, da Costa do Pesqueiro, apresenta uma topografia especial, por estar assentada sobre uma restinga das mais altas, que dificilmente alaga, exceto nas grandes enchentes/cheias, denominadas excepcionais. Certamente, essa característica facilitou o seu crescimento/desenvolvimento.

A ocupação das áreas de várzea no Município de Manacapuru pelos camponeses-ribeirinhos remonta a meados do século XIX. Essa ocupação é fruto do processo de trocas culturais iniciado pela ocupação portuguesa no século XVII e impulsionado durante o período pombalino no século XVIII. Com a extinção do Diretório por meio da Carta Régia em 1798 houve um crescimento das populações mestiças, com certa autonomia, mistura principalmente do branco com o índio que se estabeleceram ao longo dos principais rios e afluentes da região. A ocupação dessas áreas pelos camponeses-ribeirinhos foi facilitada pela disponibilidade de terras livres e de alta fertilidade. Os camponeses-ribeirinhos ao se estabelecerem nessas áreas de várzea começaram imediatamente a cultivar o solo por meio da organização do roçado, a praticar a caça, a coleta, enfim, começaram a produzir nessas terras, extraindo uma renda das mesmas. Concomitante a tudo isso começaram a manter estreitas relações de parentesco e vizinhança¹².

¹² CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia. São Paulo-SP. Tese de Doutorado, 2007 (p.33).

Historicamente, foi no final do século XIX e início do século XX, no auge da economia gomífera que os camponeses-ribeirinhos iniciaram o plantio consorciado de seringueiras e cacauzeiros nas áreas de várzea. E assim, dessa forma, começou a haver um contato cada vez mais estreito entre esses camponeses.

Com a crise da produção da borracha [...] o destino de grande parte dos seringueiros foi buscar terras livres e férteis para cultivá-las, as quais encontraram, ainda disponíveis, em grande quantidade nos rios de água branca. Ao se estabelecerem nessas terras [...] começaram a cultivar seringueiras consorciadas com cacauzeiros. [...] Desse modo, esses ex-seringueiros, ao adquirirem um pedaço dessas terras férteis de várzea e ao se estabelecerem enquanto proprietários/posseiros passam a auferir uma renda da terra proporcionada pelo trabalho efetuado na mesma¹³.

Dessa forma, começa a se estabelecer uma relação de contato entre os ex-seringueiros, muitos dos quais imigrantes nordestinos, com os camponeses-ribeirinhos que já estavam nessas áreas. Inicia-se um processo de trocas de experiências que foram além dos ensinamentos das técnicas de manuseio e plantio nos solos de várzea das seringueiras consorciadas com cacauzeiros. Começa a haver toda uma transformação na vida cotidiana.

A formação das comunidades foi estimulada pela Igreja católica nas décadas de 1960 e 1970. O trabalho pastoral da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) teve um papel preponderante nesse processo. Como forma de expandir e estreitar os laços de unidade cristã, padres, irmãs e outros missionários religiosos se reuniam com os moradores, ouviam seus anseios, realizavam cultos, prestigiavam os festejos aos santos, as novenas, realizavam casamentos, batizados etc. Dessa forma, a partir dessas práticas coletivas irmanavam-se outros anseios a fim de reivindicar melhorias de infraestrutura na vida dos “comunitários”, tais como educação, saneamento básico, saúde e luz elétrica. Essas unidades territoriais antes denominadas de “vilas” até por volta da década de 1960 passaram a se denominar de

¹³ Idem,p.34.

“comunidade”. Verifica-se, por exemplo, que na várzea da Amazônia, como no baixo rio Solimões, os moradores não usam mais o termo “vila” ao se referirem ao seu espaço físico e social, mas sim o termo “comunidade”.

Consideramos necessária a perspectiva de compreender como as transformações socioeconômicas e políticas nas comunidades se articulam num processo histórico global. Assim, dialogar com autores sobre o tema é fundamental para compreendermos a organização/formação da idéia proposta.

Existe certa homogeneidade na concepção arquitetônica das comunidades da área que se caracteriza pela disposição linear das casas ao longo da margem do rio, quebrada somente pelo núcleo de edificações comuns, denominado [...] de “núcleo comunitário”. Este, na maioria das comunidades, é formado pela igreja, escola, campo de futebol e sede social (que geralmente recebe o nome de um clube de futebol) ausente somente em comunidades evangélicas (RIBEIRO;FABRÉ et.al.:100).

Grande parte das comunidades rurais da várzea de Manacapuru foram instituídas no final da década de 1970 e início da década de 1980. Num sentido *strictu sensu* pode-se entender “comunidade” na várzea do rio Solimões como um núcleo agrário, local, onde mantem-se relações de vizinhança, parentesco, ajuda mútua e solidariedade.

Uma comunidade pode ser considerada tradicional quando se caracteriza pela dependência da natureza, dos ciclos naturais, dos recursos naturais renováveis, a partir do qual constroem seu modo de vida; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos transferidos para as gerações seguintes: noção de território onde a comunidade se reproduz econômica e socialmente; importância das atividades de subsistência, mesmo que esta gere algumas “mercadorias” e contato com o “mercado”; reduzido acúmulo de capital; importância da unidade familiar, doméstica ou comunal; importância das simbologias; utilização de tecnologias simples e de baixo impacto sobre o meio ambiente (DIEGUES,1994 apud MENDONÇA, 2007).

Na Costa do Pesqueiro encontra-se aproximadamente 104 unidades familiares¹⁴; sua organização produtiva baseia-se no modelo de agricultura familiar camponesa. Verifica-se, ainda, que a maioria das famílias está inserida no modelo de família nuclear: um homem, sua mulher e seus filhos. A média de idade é de 16 anos, o que nos remete a perceber que se trata de uma comunidade na sua maioria composta por jovens. A população acima de 50 anos, corresponde hoje a apenas 16,62% da população. Os parentes moram próximos uns dos outros (figura 04).



Figura 04: Perfil linear da Comunidade N.S. do Perpétuo Socorro (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Os atores sociais que compõem o lugar caracterizam-se basicamente de agricultores, pescadores, produtores extrativistas, donas-de-casa, estudantes e aposentados. Também existe a área de uso comum, onde se encontra a Igreja, uma escola, um campo de futebol e a “sede comunitária”. É mais uma das muitas

¹⁴ Levantamento Sócio Econômico da Costa do Pesqueiro (2002). Acompanhamento de uma comunidade de várzea do Município de Manacapuru, “Projeto Piloto para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manacapuru”, Manacapuru-AM.

comunidades católicas de várzea, e como tal, recebe denominações alusivas aos santos, no caso, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (figuras 05, 06 e 07).

Por não estar ligada diretamente por estradas e ramais à sede do município, ainda não foi contemplada por projetos de geração de energia elétrica, como o “*Luz Para Todos*”¹⁵. Dessa forma, a escola de ensino fundamental Lima Bernardo utiliza energia elétrica de um gerador movido a óleo diesel. Em conversas com os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro, observa-se que a questão energética é vista como uma espécie de redenção face às dificuldades em se obter e armazenar água potável, conservar os alimentos, estocar polpas de frutas e até mesmo como lazer. Um camponês-ribeirinho, morador da comunidade, fez o seguinte relato:

O que a gente está sofrendo é pela falta de energia. Se tivesse energia a gente podia comprar um liquidificador industrial, uma geladeira. As empresas vieram, mas voltaram tudo. Já tinha poste, fiação, tudo. Mas foram embora alegando que o caminhão não tinha condições de subir. Novembro vem aí, vem a chuva e eles vão botar a culpa na chuva. O coordenador tinha que tomar mais a frente (Senhor J., agricultor, 55 anos).

¹⁵ Trata-se de um programa de eletrificação do Governo Federal que visa instalar energia elétrica para as famílias carentes da zona rural gratuitamente, ou seja, sem custos de instalação e da estação medidora. O Programa Luz para Todos foi criado pelo Decreto n. 4.873, de 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia- MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás.



Figura 05: “Núcleo comunitário” da Comunidade N. S. do Perpétuo Socorro com destaque para a Escola Lima Bernardo (Costa do Pesqueiro). Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Tão importante quanto a religião, a educação dentro da comunidade exerce um papel relevante para o seu desenvolvimento/crescimento, sobretudo, das crianças e jovens. No caso da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por possuir uma localização estratégica (à frente da sede da cidade de Manacapuru) recebe estudantes de outras comunidades que são conduzidos até a escola Lima Bernardo por meio de barco, disponibilizado pela prefeitura do município.



Figura 06: “Núcleo comunitário” da Comunidade N.S. do Perpétuo Socorro com destaque para a Igreja (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.



Figura 07: “Núcleo comunitário” da Comunidade N.S. do Perpétuo Socorro com destaque para a sede social (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

A sede comunitária é o local onde acontecem os bailes na época dos festejos alusivos ao padroeiro do lugar. De modo geral, toda a comunidade

[católica] se envolve. É em frente à sede que são realizados os bingos, sorteios de brindes, show de calouro etc. Ou seja, todo lado profano que se inicia logo após a procissão, a missa dominical ou o término da novena.

No período de realização dos festejos, outras comunidades do município são convidadas, estreitando os laços de unidade, solidariedade e amizade entre elas. Geralmente, as comunidades convidadas trazem seus times de futebol a fim de participarem dos torneios. Esses torneios de futebol também têm grande importância para a comunidade. Como os times urbanos, sobretudo os times da primeira divisão do campeonato brasileiro, têm uma grande simpatia e aceitação na várzea amazônica, costumam-se “batizar” os times locais com essas denominações. O time de futebol da comunidade Nossa senhora do Perpétuo Socorro denomina-se Grêmio Esporte Clube.

Uma banda de música, geralmente de forró, é contratada para animar o baile. Os parentes que residem na sede da cidade de Manacapuru e aqueles que se mudaram para Manaus vêm para prestigiar.

É um período de muita alegria e animação. Os comunitários, parentes e visitantes distantes aproveitam para fortalecer seus laços de amizade e negócios regados a cantorias, namoros, danças, comidas, cervejas e cachaças.

É importante ressaltar que a influência católica nas várzeas não se limitou apenas a propagação da fé, com batismos, casamentos e organização de festejos em honra ao padroeiro. Lima (2005:14) destaca que:

No início da década de 1980, apoiados por setores progressistas da Igreja católica, os moradores da várzea – já adotando a identidade de ribeirinhos e com um sistema de organização comunitária implantado -, começaram a instituir um processo de territorialização e controle de áreas de pesca. Nos anos de 1990, ao longo da região central da várzea, entre o médio Solimões e o baixo Amazonas, surgiram vários grupos que se organizaram para proteger seus territórios de pesca contra a entrada de pescadores

comerciais “de fora”, ao mesmo tempo em que passaram a regular os apetrechos de pesca.

O desdobramento desse movimento de cunho religioso-social fez com que as comunidades – e não mais as antigas localidades – viessem a se constituir na principal referência de pertencimento sócio-espacial. As localidades [...] demarcariam os grupos de moradores a partir de um denominador geográfico comum, a residência, enquanto as comunidades passaram a organizar as pessoas pela fé e para a administração dos sacramentos (PANTOJA, op.cit:169).

1.3 Nova Jerusalém: transformações orquestradas pela fé

Na várzea do médio Amazonas, hoje, os assentamentos humanos ou localidades do interior são conhecidos como comunidades. Na região, as comunidades surgiram enquanto tais a partir da década de 1960 numa iniciativa pastoral da Igreja Católica (CRUZ, 2007; PANTOJA,2005).

Contudo, nas últimas décadas do século XX, com o crescimento das Igrejas Pentecostais, as Igrejas evangélicas começaram a se expandir na várzea e se organizar também como comunidades. Muitas dessas comunidades evangélicas passaram a se localizar no interior das comunidades católicas. Diferentemente das comunidades que seguem os ensinamentos católicos, duas mudanças/ausências passam a ser percebidas, de imediato, no interior das comunidades evangélicas: a ausência de bailes e festejos, e a mudança quanto ao nome dessas comunidades, que deixam de fazer alusão aos santos (padroeiros), passando a fazer alusão a topônimos geográficos de passagens bíblicas, principalmente do Novo Testamento (Monte Sião, Monte das Oliveiras, Nova Jerusalém etc).

O plano de afiliação religiosa é ainda hoje o de maior força de pertencimento a uma comunidade. A igreja, as práticas religiosas e atividades

afins (festejos, bingos), e o grau de adesão a elas, podem ser tomados como indicativo do grau de coesão e organização de uma comunidade. Mas a filiação comunitária dada pela religião pode não ser tão clara, o que ocorre quando mais de uma denominação religiosa está representada numa mesma comunidade (PANTOJA, op.cit:169). É o caso da Costa do Pesqueiro, onde coexiste dentro da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro uma comunidade evangélica denominada de Nova Jerusalém (figura 08).



Figura 08: Perfil da Comunidade Nova Jerusalém (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Certo é que nas comunidades das várzeas de Manacapuru, a força da religiosidade é muito marcante. Moran apud Harris (2006:88) afirma que: “[o caboclo é] o sistema adaptativo humano mais importante encontrado na região”¹⁶. Além disso, só é possível entender a maneira pela qual o catolicismo se adaptou a Amazônia brasileira se a separação histórica entre religião como instituição (a Igreja católica) e como experiência e conhecimento (crenças e práticas populares)

¹⁶ HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Tempo In: Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, (81-108).

for feita. A maior parte do tempo, esses dois aspectos estiveram em desacordo, já que o catolicismo dos padres e missionários tinha uma orientação diferente daquela da população leiga. Superficialmente, ambos parecem estar no mesmo universo discursivo e, evidentemente, dependem um do outro. Mas investigações mais detalhadas revelam diferenças importantes. Indiscutivelmente, essas diferenças agora estão diminuindo, à medida que a Igreja se fortaleceu, depois do período de romantização e do rígido controle eclesiástico da religiosidade popular entre o final do século XIX e o retorno das ordens missionárias, em 1909¹⁷.

É importante que se observe que nem sempre a coexistência das relações sociais entre comunidades católicas e evangélicas podem se dar de forma harmônica. Diferenças religiosas – católicos e evangélicos – podem provocar cisões e surgimento de novas comunidades, aglutinadas em torno de congregações independentes. Tal como o sistema implantado pela Igreja Católica nas comunidades por ela criadas, carteiras de comunitários são também expedidas pelas igrejas evangélicas (PANTOJA, op.cit.:172).

O desafio do protestantismo à visão de mundo católica dos moradores da várzea é ameaçador. Assim como grandes criadores de gado que ocupam terras valiosas da várzea, ou grandes barcos de pesca que tiram seus meios de subsistência, o protestantismo ameaça toda existência e o movimento histórico do meio de vida rural. Isto não é exagero. A conversão exige uma ruptura radical em relação ao presente. Especifica uma série de mudanças na vida pessoal e no comportamento corporal, tais como quais alimentos podem ser consumidos, que roupas podem ser usadas, a proibição em relação a bebidas, ao cigarro, ao adultério, a brigas e festas católicas. A participação na maior parte dessas atividades é essencial para a vida cotidiana, conforme percebido pelos católicos. O que também é perdido na conversão é o conjunto de crenças associadas ao ambiente encantado. Os protestantes consideram as histórias sobre o boto e outros seres (a cobra grande etc.), o poder do pajé, a panema, e assim por diante, como superstições que devem ser descartadas na busca pelo

¹⁷ Idem, p.93-94.

conhecimento verdadeiro. Todos estes elementos integram a visão de mundo católica (HARRIS, op.cit:97).

Seguindo o oposto do catolicismo que na Amazônia buscou denominar as comunidades com nomes de santas e santos padroeiros, as comunidades evangélicas buscam denominar-se por temas alusivos a Bíblia. No caso da área de estudo em questão, mais um exemplo: Nova Jerusalém.

De certa forma, o avanço do protestantismo na Amazônia simboliza uma separação/transformação muitas vezes motivada por discordância quanto ao direcionamento religioso.

Os motivos religiosos para tal cisão correspondem à reavaliação de valores morais e comportamentais ligados à doutrina religiosa, o que para alguns moradores significava o controle social mais efetivo sobre os fiéis acerca da obediência aos preceitos da palavra de Deus e, para outros, a necessidade de revisão desses preceitos, pois eram muito rígidos (FRAXE et.al. 2009:59).

Os festejos comunitários em honra a um santo padroeiro, as festas juninas, os torneios de futebol, os bingos, as quermesses etc., passam a ser considerados profanos e, por conseguinte, evitados pelos comunitários evangélicos. Os moradores mais antigos da Costa do Pesqueiro já começam a perceber uma mudança nessas relações ao afirmar/verificar que:

As festas de santo estão acabando. Antigamente tinha festa em todas essas comunidades, agora tem pouca (Senhor M., aposentado, 79 anos).

A comunidade “Nova Jerusalém” adota como Igreja oficial a instituição evangélica Assembléia de Deus Tradicional (figura 09). Os cultos são realizados aos domingos pela manhã, quando todos da comunidade são convocados pelo “ancião” (líder comunitário) a participar. Observa-se que durante a realização do culto que geralmente ocupa todo o horário da manhã (de oito às doze horas) as atividades de trabalho como a pesca ou até mesmo a travessia para a sede municipal ficam paralisadas.



Figura 09: Igreja Assembléia de Deus Tradicional da Comunidade Nova Jerusalém (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Ao término dos cultos, os moradores da comunidade deslocam-se para suas casas. Como toda e qualquer atividade que envolva música alta, bebida alcóolica ou até mesmo partidas de futebol são consideradas profanas, não se verifica nenhum tipo de confraternização dessa natureza. Isso fica evidenciado, na comunidade de estudo em questão, por exemplo, pela ausência de alguns elementos sociais encontrados na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: a sede social e o campo de futebol (figura 10).



Figura 10: Perfil esquemático-linear das Comunidades N.S. do Perpétuo Socorro e Comunidade Nova Jerusalém.
 Desenho: Amós Pinheiro, 2010.
 Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

Além das ausências do campo de futebol e da sede social; levando-se em consideração que a Comunidade evangélica “Nova Jerusalém” encontra-se localizada no interior da Comunidade católica “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, outra curiosidade encontrada é a existência de cercas (limite) separando as duas comunidades. A comunidade evangélica Nova Jerusalém procurou delimitar o seu espaço, simbolizando uma espécie de territorialidade de fé. O curioso é que após as cercas a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro continua.

Mesmo coexistindo dentro da comunidade “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” não existem relatos de animosidade/rivalidade entre os moradores. Pode-se afirmar que não existe nenhuma forma de rivalidade religiosa na Costa do Pesqueiro. Mesmo assim, uma moradora faz o seguinte relato:

A Assembléia de Deus Tradicional não é comunidade, apenas uma associação. Não é associação comunitária. Não pode existir uma

comunidade dentro da outra. Vale a mais antiga. Tentaram colocar uma escola e não conseguiram. Quando chegam benefícios gera ciúmes. Eu já tentei explicar isso pra eles (Senhora Z., professora, 57 anos).

Um detalhe que nos chama a atenção na Comunidade Nova Jerusalém é a ausência dos sítios. A explicação pode estar relacionada ao fato de se tratar de uma comunidade nova, de menos de 10 anos de existência, composta em sua maioria por crianças, jovens e migrantes compondo cerca de 16 famílias alheias aos laços afetivos dos antigos moradores. Dedicam-se a pesca e comercialização do peixe liso. O roçado de macaxeira e banana é mais para o consumo interno. Não muito diferente da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, entre os principais problemas para a organização social estão a luz elétrica e a água potável.

No dia a dia, dentro das relações sociais, tanto a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, quanto a Comunidade Nova Jerusalém convivem de forma pacífica e ordeira principalmente através da *prática da ajuda mútua*, haja vista que de modo geral, oficialmente, ou não, há um grau de parentesco muito forte dentro dessa comunidade, de certa forma quase todos são irmãos, tios, primos, sobrinhos, compadres, comadres etc. O único ponto de discordância verificado é mesmo quanto a questão religiosa e o reconhecimento da Comunidade Nova Jerusalém como comunidade, pois assim almejam maior autonomia e por conseguinte maiores benefícios sociais. Isso fica evidente, com relação à questão, a partir do relato de uma moradora:

A Comunidade Nova Jerusalém foi fundada em 2002. Ela está registrada em cartório. Com 10 pessoas dá pra fundar uma comunidade. A gente se virou, o pastor conseguiu ajuda de amigos e de pessoas até de Manaus e hoje temos motor de luz que funciona até as 11 horas da noite. O problema é que queriam que a gente participasse dos cultos católicos, das festas e a gente não queria. Ainda falta muita coisa, a gente queria uma escola, quando alguém adoecer tem que levar pra Manacapuru ou pra Manaus. O pastor só está vindo de repente porque ele está tratando da esposa

em Manaus. Esse ano no dia das crianças a gente não conseguiu fazer uma festa pra elas, não conseguimos brinquedo (Senhora M., agricultora, 55 anos).

Observa-se, dessa forma, que o crescimento das comunidades evangélicas no interior da Amazônia e, por conseguinte, no interior das comunidades católicas, como na Costa do Pesqueiro, estão diretamente relacionados ao seu poder de mobilização e integração, configurando em uma nova territorialidade.

Os líderes religiosos (pastores, anciãos etc) da Comunidade Nova Jerusalém demonstram possuir uma boa rede de articulação com os outros membros de sua igreja que lhes dão suporte. Essa rede de articulação extrapola os limites de Manacapuru e Manaus.

Capítulo 2 - Características dos Sítios

Os sítios podem ser definidos como uma combinação de espécies agrícolas de ciclo curto combinados com o cultivo de espécies arbóreas sobre a mesma unidade de manejo da terra. Podem ser constituídos por diversos componentes produtivos como a roça, o quintal, o extrativismo animal e vegetal e a criação de animais etc. Apresentam grande potencial para o desenvolvimento local, pois lidam com uma produção diversificada.

Os quintais ou sítios implantados pelos agricultores familiares tradicionais constituem a área ao redor da casa do produtor (figura 11), onde são cultivadas árvores frutíferas, grãos, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais e criação de animais, tem como finalidade principal a complementação da produção obtida em outras áreas de produção¹⁸. Sua importância decorre de sua produção ser constante e mais intensiva, proporcionando produtos variados em diferentes quantidades em uma área reduzida que complementam a necessidade e renda do produtor familiar, além de serem verdadeiros bancos de germoplasma *in situ*¹⁹.

Diferentes autores contribuíram para a compreensão/conceituação dos sítios. Porém uma das lacunas que precisam ser entendidas é a diferenciação entre sítio e roça. A princípio dá-se a impressão de tratar-se de um ambiente único. Contudo, por roça supõem-se as culturas de ciclo curto mais vulneráveis ao processo enchente vazante como a mandioca, o milho, o jerimum, a melancia, a juta, a malva etc. supõem-se ainda que essas culturas encontram-se mais ao fundo do terreno, e que a terra tem que ser “preparada” para o plantio. Isso ocorre geralmente após o fim da enchente e o aproveitamento dos sedimentos deixados.

¹⁸ CASTRO, Albejamere Pereira de. et.al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento Socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (p.60).

¹⁹ Idem,p.60.



Figura 11: sítio no baixo rio Solimões (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

O fator enchente, cheia, vazante e seca influenciam na paisagem dos sítios, e, por conseguinte na produção e ritmo de vida. A mudança inicia-se com a subida das águas, que tem começo no rio Solimões no mês de maio indo até o início de agosto (enchente/cheia). Quando os quintais ficam tomados pelas águas, as culturas de ciclo curto não resistentes às águas começam a definhar e morrer, ficando somente as árvores de porte médio ou grande. Cruz (op.cit:2007:67) reforça que:

Na várzea do município de Manacapuru-AM os camponeses-ribeirinhos fazem uso de três territorialidades: as agropastoris, as aquáticas e as florestais. A primeira está dividida nas terras existentes e nas terras que surgem. Nas terras existentes estão instaladas as terras de cultivos, como o roçado e o sítio, ambos localizados próximos a casa de moradia, está, assentada na parte mais alta, no topo da restinga.

2.1 Diferentes práticas e cultivos

Vários autores (LIMA, 1994; LEEUWEN, 1997; CRUZ, 1999; CASTRO, 2007; NODA, 2007) destacam que os sítios possuem uma variedade de cultivos anuais, bianuais e perenes, além das espécies florestais. Dessa forma, nos sítios podem ser encontrados desde as hortaliças, suspensas, cultivadas nos jiraus (cheiro verde entre outras) até plantações de melancia ou maxixe cultivadas diretamente no solo (figuras 12, 13 e 14).



Figura 12: Plantação de cheiro-verde suspenso (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.



Figura 13: Plantação de melancia (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.



Figura 14: Plantação de maxixe (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Outro cultivo de grande importância para os agricultores familiares é o de plantas medicinais. Em todos os quintais [...] há presença da farmácia viva, ou seja, jiraus ou cercados contendo as plantas medicinais. Estas também são cultivadas em latas ou cuias. [...] na grande maioria dos quintais há a presença das plantas medicinais. Outro local importante para a extração de plantas

medicinais para esses agricultores é a floresta, nesta os moradores vão em busca de diversas espécies medicinais (tabela 02) para a fabricação de seus “remédios caseiros” para a cura de diversas doenças de sintomas já conhecidos por essa população (CASTRO,op.cit:67).

Mesmo geograficamente próximos à sede municipal, e podendo ter acesso aos diversos tipos de medicamentos encontrados nas farmácias, os moradores da comunidade, herdeiros de uma sabedoria popular, não deixam de recorrer a essas “farmácias vivas” para resolver/amenizar algum problema de cólica, dor de cabeça, diarreia, anemia, ferimentos, inflamações ou quebranto, por exemplo.

Tabela 02: Principais espécies de plantas medicinais identificadas na Costa do Pesqueiro no baixo rio Solimões em Manacapuru/AM:

<u>Denominação Regional</u>	<u>Nome Científico</u>
Japana	Eupatomim ayapana
Agrião	Spilanthus oleracea
Cravo	Tagetes erecta
Cipó alho	Adenocalymma alhoaceum
Crajiru	Arrabidea chica
Jucá	Caesalpineia ferrea
Mata-pasto	Cassia alata
Sabugueiro	Sambucus nigra
Mastruz	Chenopodium ambrasiodes
Marcela	Phechea quitoc
Sacaca	Croton cajuraca
Pião branco	Jatropha curcas
Pião-roxo	Jatropha gossypifolia
Quebra-pedra	Phyllanthus urinaria
Capim santo	Cymbopogon citratus

Erva cidreira	Melissa officinalis
Hortelã	Menta sp.
Alfavaca	Ocimum micranthum
Manjericão	Ocimum sp.
Hortelãzinho	Mentha piperita
Algodão roxo	Gossypium barbadense
Boldo	Peamus boldus
Mucura-caá	Petiveria alliacea
Arruda	Ruta graveolens

Fonte: Pesquisa de campo, 2009/2010.

Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

Outra atividade de grande importância verificada nos sítios é a criação de pequenos, médios e grandes animais, criados, geralmente, de forma extensiva, principalmente, para a alimentação. Na várzea do baixo rio Solimões os camponeses-ribeirinhos criam esses animais de pequeno e médio porte de forma extensiva.

Uma das características dos sítios é a sua localização, geralmente, próximas às residências, onde se podem encontrar diversos cultivos agrícolas, entre os quais: a fruticultura, os cereais, os tubérculos, as gramíneas e o cultivo de fibras. A maioria dos cultivos de hortaliças é destinada para o consumo da família na preparação da alimentação. O jerimum, cebolinha, cheiro verde, feijão de metro, pimenta e maxixe são plantados em sistema de monocultivo ou consorciados com outros cultivos, sendo os principais produtos de comercialização (CASTRO,op.cit:72).

A Amazônia possui uma alta diversidade de espécies frutíferas. A fruticultura é uma atividade promissora, pois encontra mercado consumidor em Manacapuru, e principalmente na cidade de Manaus, destacando-se as culturas da banana, melancia, maracujá, mamão, côco, graviola, manga, cacau e cupuaçu. A importância da fruticultura enquanto atividade econômica deve-se ao fato de que

as mesmas são uma importante fonte de complementação alimentar juntamente com as hortaliças. Leeuwen,et.al. (1997:142) destaca que:

Muitos pequenos agricultores da Amazônia têm, perto de sua casa, uma área onde são plantadas várias espécies de árvores. A casa fica localizada dentro desse pomar, perto da margem, onde se encontram as vias de acesso por terra (estrada, ramal), ou água (rio, lago, Paraná, igarapé). Outros nomes para o pomar caseiro são: sítio, quintal, quintal agroflorestal, pomar doméstico, horta caseira e miscelânea.

Ainda de acordo com Leeuwen, et.al. (op.cit:142), os sítios tem as seguintes características:

Geralmente contém árvores de muitas espécies diferentes, grande parte frutíferas. A superfície é, na maioria dos casos, algo menor que um hectare, podendo variar entre 0,2 e 2,5 hectares. Normalmente os produtores mantêm, dentro do pomar, uma pequena criação de aves (galinhas, patos), que de dia estão soltas. Quando há porcos, trata-se apenas de um ou alguns, presos ou soltos. Depois da fase de instalação, o pomar parece uma floresta natural: vegetação densa, muitas espécies, diferentes estratos e distribuição irregular das árvores. [...] Uma árvore que não é mais desejada (grande demais, improdutiva) é eliminada, e no espaço instalam-se outras plantas úteis. É essa eliminação individual que aumenta a variabilidade de espécies e idades, e que faz o pomar parecer uma floresta natural.

2.2 Família, produção e trabalho: os sítios da Costa do Pesqueiro

A produção familiar camponesa caracteriza-se como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos.

Os critérios utilizados pelos agricultores amazônicos para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na produção familiar camponesa não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente atender as necessidades básicas da família. Os agricultores [...] se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para completar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência²⁰.

Observa-se que o modo de vida dos camponeses-ribeirinhos está diretamente relacionado ao conhecimento adquirido/herdado sobre como lidar com os ambientes de várzea e terra firme, às formas de manusear os recursos naturais e integrá-los no seu cotidiano.

Citamos anteriormente que a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, da Costa do Pesqueiro, localiza-se a sudoeste do Município de Manacapuru-AM, imediatamente à frente da cidade, sede do município de mesmo nome. É composta de 104 unidades familiares, que tem na produção agrícola familiar a base de sua economia nos períodos de vazante do rio Solimões, sendo que nas cheias do mesmo rio a principal atividade é a pesca praticada para a subsistência das famílias locais.

Combinando cultivos mistos entre árvores florestais, espécies cultivadas e pequena criação de animais, surge a modalidade denominada *sítio*, que para o projeto ORSTON/INPA/CEE (1988), trata-se de:

²⁰ CASTRO, Albejamere Pereira de.et.al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento Socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (55-88).

Um tipo de utilização da terra, constando de árvores frutíferas em primeiro lugar, tanto nativas quanto introduzidas, árvores de usos diversos e hevea [...]. Os sítios por estarem situados em lugares altos, livre das inundações – a não ser raramente – é o lugar onde se localizam as casas de moradia, as dependências utilitárias, galinheiros, curral de porcos, abrigo para a preparação de farinha de mandioca, etc. nele se encontram plantas medicinais e diferentes ervas utilizadas na cozinha, em suma, tudo aquilo que é preciso continuamente e que deve ser cultivado.

A agrosilvicultura é uma prática antiga na Amazônia, onde os agricultores familiares camponeses mantêm uma rica diversidade de árvores, arbustos e plantas herbáceas em seus quintais e muitos povos indígenas plantam uma diversidade de árvores e cultivos anuais em suas roças (DUBOIS, 1996 apud CASTRO, 2007). Os sítios da Costa do Pesqueiro localizam-se na parte mais alta da restinga, ficando livres das cheias periódicas do rio Solimões (figuras 15 e 16). Historicamente, as exceções ocorreram com as grandes cheias excepcionais das décadas de 50 e 70²¹, que abalaram e desestruturaram a economia de várzea da Amazônia, por conseguinte os sítios. A esse respeito, Cruz (1999:106) observa que:

Nas grandes cheias de 1953 e de 1976, na qual o nível máximo atingiu 29,69 m e 29,61 m, respectivamente, os sítios apresentaram inúmeros desgastes, levando algumas espécies perenes e semi-perenes ao desaparecimento, principalmente aquelas pouco resistentes a água: abacateiro, bananeira, laranjeira, etc. outras espécies perenes como a seringueira, cacaueteiro, mangueira, coqueiro, etc. são mais resistentes às inundações.

²¹ Vale ressaltar também a cheia recorde de 2009 (29,77m), que será tratada mais adiante, especificamente, no tópico A força do cupuaçu e da “floresta de alimentos” em xeque...



Figura 15: Sítios da Costa do Pesqueiro “instalados” nas restingas (partes altas).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

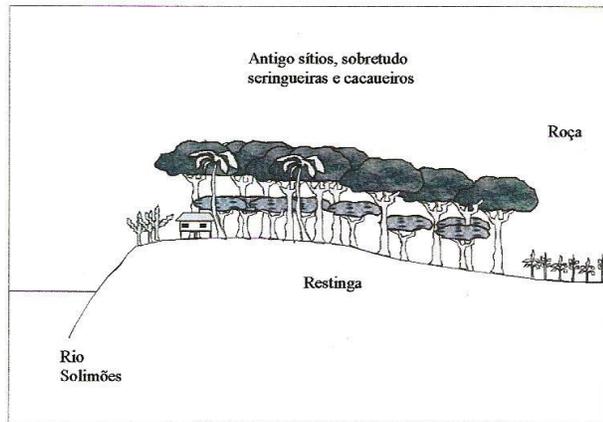


Figura 16: Sítios da Costa do Pesqueiro, com inúmeros componentes Arbóreo-frutíferos ao redor da casa. À frente plantação de feijão e jerimum.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

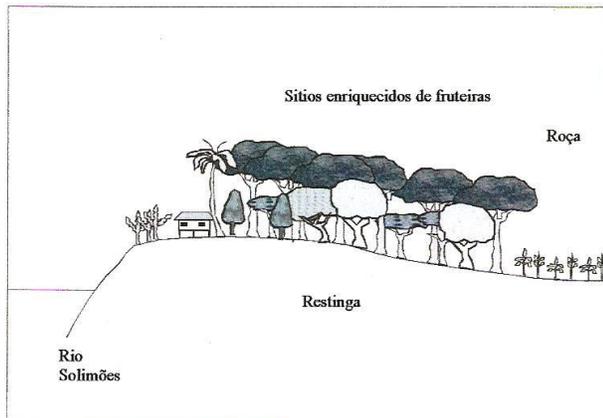
Os camponeses-ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Pérpetuo Socorro da Costa do Pesqueiro, criadores de uma cultura regional adaptada aos desafios e adversidades da Amazônia conseguem identificar as espécies mais resistentes e mais sensíveis às inundações. Com diferentes tipos de espécies perenes e semi-perenes identificadas ao longo do tempo (figura 17), conseguem manter um relativo nível de equilíbrio e manejo sustentado. Em *Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia*, Cruz (2007:98) descreve que:

Os sítios atuais são considerados, para os camponeses-ribeirinhos da várzea de Manacapuru, uma área ao redor da casa de moradia, na qual são cultivados tantos componentes arbóreos, com destaque para as espécies perenes, principalmente, as espécies frutíferas, como componentes semi-arbóreos e não arbóreos. Esses sítios atuais remetem as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, principalmente, durante o período áureo da borracha, quando houve incentivo, por parte dos governos locais, para os camponeses ribeirinhos cultivar seringueiras consorciadas com cacauzeiros.

Final do século XIX e primeiras décadas do século XX



1950



2007

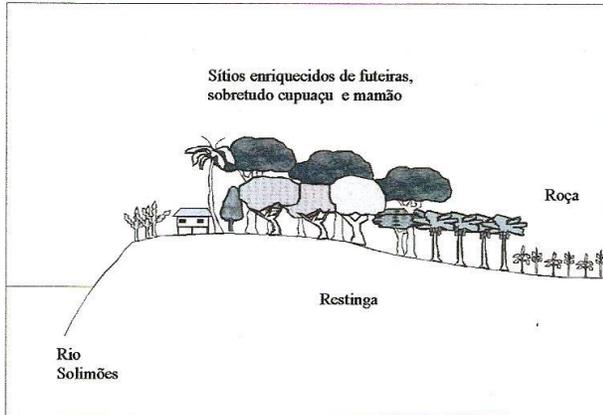


Figura 17: Organização e evolução dos sítios na Costa do Pesqueiro no baixo rio Solimões/ Manacapuru-AM
Fonte: CRUZ, Manuel Masulo da, 2007(adaptado).

Guillaument *apud* Cruz (1999:105) refere-se a essas áreas ao redor da casa como:

Um sistema constituído por um conjunto de espécies lenhosas frutíferas, essencialmente voltada para o autoconsumo familiar, onde este espaço de aparência florestal abriga as habitações e as plantas de importância secundária.

No final do século XIX e início do século XX os antigos sítios da Costa do Pesqueiro eram enriquecidos principalmente de seringueiras e cacauzeiros que predominavam na paisagem. Com o fim do ciclo da borracha, em muitos lugares do baixo rio Solimões como no Paraná do Careiro os antigos sítios (seringueiras e cacauzeiros) foram enriquecidos por espécies arbóreas frutíferas: mangueira, coqueiros, goiabeiras, jambeiros, gravioleiras etc. Cruz (*op.cit.*1999:107) ressalta que:

A introdução dessas novas culturas perenes foi tão significativa, principalmente nos últimos trinta anos, que as duas primeiras (seringueiras e cacauzeiros) foram completamente substituídas. É raro encontrar um pé de seringueira ou de cacauzeiro neste paraná.

Contudo, na Costa do Pesqueiro mesmo com o declínio do preço da borracha e da semente de cacau estes antigos sítios ainda resistem consorciados com espécies frutíferas, como as mangueiras e goiabeiras e, hoje, principalmente, o cupuaçu, de grande valor nutritivo e econômico.

Sobre as espécies de valor econômico e nutritivo, cultivadas ao longo do ano, que constituem os sítios, para exemplificação, Lima (1994:46) relata que:

Muitas espécies que ocorrem nos sítios são leguminosas, produzindo proteínas comestíveis em suas folhas, vagens e raízes. Outras são fontes de vitaminas, essenciais, minerais, óleos e carboidratos. Outras ainda são ervas medicinais, especiarias ornamentais, forrageiras, trepadeiras, cercas-vivas, fornecendo alimentos para animais domésticos, armação para telhados, material para latada, artesanato, rituais, lenha, quebra-vento e abrigos. Muitas espécies semi-perenes de curta duração tem

crescimento rápido e frutificação antecipada (banana, mamão, pimenta de cheiro e maracujá).

Apesar da decadência do Ciclo da Borracha na Amazônia, e conseqüentemente, a perda pelo interesse na exploração das seringueiras e cacauzeiros, os antigos sítios da Costa do Pesqueiro ainda são encontrados em várias propriedades (figura 18) mesmo que consorciados²² com outras espécies adaptadas às condições ambientais da região, pois mesmo ao terem perdido a importância do ponto de vista comercial, permanecem, em virtude do laço afetivo que os moradores mantêm com esse ambiente, haja vista que muitos deles, principalmente os mais idosos, foram os que realizaram os plantios de seringueiras consorciados com cacauzeiros.



Figura 18: O “laço afetivo”. Predominância dos antigos sítios da Costa do Pesqueiro, na casa de antigos moradores.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

²² Consórcio – segundo Witkoski (op.cit:215), trata-se da maneira de plantar considerada pelos camponeses como forma de otimizar o uso da terra, em virtude da pouca área disponível para o uso agrícola e de controlar certos tipos de pragas.

Dessa forma, percebe-se que no baixo rio Solimões, como na Costa do Pesqueiro, devido ao “laço afetivo”, o processo de derrubadas ainda é recente, provocado pelo crescimento do cultivo de culturas anuais/bianuais de grande peso comercial como o mamão e o maracujá, além do crescimento das culturas do tipo perene como o cupuaçu.

Vale ressaltar que os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro, além de utilizarem os sítios para o autoconsumo familiar, utilizam-nos para a venda. Ao longo do ano os camponeses-ribeirinhos dedicam-se a inúmeras atividades agrícolas de acordo com o período inverno/verão (tabela 03).

Tabela 03: Calendário Agrícola da Costa do Pesqueiro:

Atividade*	Início da Safra	Término da Safra
Cupuaçu	Janeiro	Abril
Goiaba, côco, banana, jerimum e mamão	Janeiro	Dezembro
Limão	Março	Maio
Malva	Maio	Julho
Batata doce	Março	Julho
Açaí	Abril	Julho
Pupunha	Setembro	Outubro
Milho	Outubro	Dezembro
Manga	Setembro	Dezembro

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

* As possíveis divergências quanto ao tempo do ciclo de cada atividade, de acordo com os camponeses-ribeirinhos, estão diretamente influenciados pelo período de inverno e verão.

É frequente, esses moradores serem encontrados na cidade de Manacapuru comercializando esses produtos que representam uma importante fonte de renda²³ (figura 19). A renda obtida com a venda dos produtos é para o provimento de produtos geralmente não produzidos na localidade, entre os quais, o gás de cozinha, o gelo para conservar os alimentos, o combustível para o motor rabeta, açúcar, medicamentos etc.

O trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. É grande a variedade de formas pelas quais parte da produção camponesa escapa ao controle de quem a produziu (MOURA, 1988, p. 55).



Figura 19: Camponês-ribeirinho comercializando o resultado da sua produção na cidade de Manacapuru-AM. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

²³ Sobre esse movimento de circulação vale destacar o que nos explica Marx (1984) apud Oliveira (1996) ao apresentar e diferenciar dois ciclos M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) e D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro). O ciclo M-D-M parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria. A lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. Ou, em uma palavra, o *valor-de-uso*. D-M-D, ao contrário, parte do extremo constituído pelo dinheiro e retorna finalmente a esse mesmo extremo. Seu objetivo impulsionador e seu objetivo determinante são, portanto, o *valor-de-troca* mesmo.

Logo, pelo pequeno volume de produtos, os camponeses-ribeirinhos vendem parte de sua pequena produção apenas para adquirir produtos e serviços que eles não produzem. A transferência de uma parte da produção camponesa para a feira da cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula [...]. Um camponês poderá levar arroz para vender, enquanto outro levará feijão; ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda de uma determinada quantidade do cereal oferece ao camponês a possibilidade de adquirir tecidos, panelas, remédios (MOURA, op.cit:57).

Ao final do dia, os moradores retornam para a Costa do Pesqueiro. Ao escrever *Caboclos/ribeirinhos: Camponeses da Amazônia*, Cruz destaca que:

Nesse sentido, parte da produção dos caboclos/ribeirinhos da Amazônia destina-se para a venda (mercado), o qual se dá de várias formas: do local de produção diretamente para o mercado, por meio dos barcos de linha, seja de pequena ou grande distância ou de embarcações dos próprios ribeirinhos; do local de produção para os armazéns flutuantes existentes em alguns rios, furos, paranás, lagos. Daí para o mercado, por meio dos regatões, principalmente nos lugares onde os barcos de linha não fazem itinerários, pois este tipo de atividade foi praticamente substituído pelas duas formas anteriores (CRUZ, 1995).

Observa-se ainda que uma significativa parte dos produtos agrícolas plantados pelos camponeses-ribeirinhos visa à comercialização futura. Contudo, é evidente a existência de alguns produtos agrícolas que são basicamente destinados para o seu autoconsumo. Estas atividades quase sempre visam à exploração dos recursos naturais, bem como de uma agricultura de subsistência caracterizada pelos roçados de mandioca.

Os sítios da Costa do Pesqueiro conseguem aglutinar uma série de atividades envolvendo a roça, a farinha, o pomar, o cultivo de hortaliças, a criação de pequenos e grandes animais (figura 20), fibra vegetal (juta e malva), a pesca, a madeira, coleta e caça. Os animais de pequeno porte são constituídos

principalmente por patos (Anas sp.), galinhas (Gallus sp.) e porcos (Sus acrofa). As aves do gênero Gallus são os animais preferidos pelos camponeses-ribeirinhos. A explicação para essa preferência relaciona-se ao fornecimento de carne e ovos para o consumo familiar. Além do fato das mesmas poderem se alimentar de inúmeras espécies arbóreo-frutíferas existentes e outros restos alimentares. Entre criar pato ou galinha, eles preferem a galinha porque “*ela varre o terreno*”, o pato não. Outra explicação para essa preferência relaciona-se a facilidade de venda, fornecendo uma renda extra em momentos de alguma necessidade. Observa-se que a criação de pequenos animais, por exigir uma força de trabalho relativamente baixa, podendo ser praticada não só pelas mulheres, como as crianças e idosos, exerce um papel importante, pois não atrapalha as outras atividades.



Figura 20: Criação de porcos na Costa do Pesqueiro.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Quanto à criação de gado na Costa do Pesqueiro (figura 21), até por volta do ano de 2005, parecia ser um negócio promissor na economia familiar, mais uma fonte de renda. Fonte de renda como forma de poupança, onde a qualquer momento esse gado poderia ser comercializado. Contudo, a partir de 2006

começou o declínio dessa atividade. Se dependesse somente da vontade dos moradores da Costa do Pesqueiro eles continuariam criando essa importante fonte de subsistência protéica. Porém, a falta de pasto, o pouco espaço na restinga, provocadas pelas condições adversas enchente/cheia, para manter as situações mínimas acessíveis de criação/reprodução tornaram essa prática inacessível, fazendo com que a partir de 2006 essa atividade tomasse uma curva descendente, até o total desaparecimento. Outras explicações encontradas relacionam-se com a possibilidade de destruição das cercas e roçados dos vizinhos e a compactação do solo prejudicial para as terras de várzea.



Figura 21: Resquícios da criação de gado na Costa do Pesqueiro, em 2003. Fotografia de Antonio Carlos Souza.

Se há algo em comum entre os sítios da várzea do Careiro e os sítios da Costa do Pesqueiro está na perda pelo interesse da exploração das seringueiras e dos cacauzeiros provocados pelo declínio do preço da borracha e da semente de cacau, nas últimas décadas. Contudo, o abandono da exploração não provocou a imediata derrubada dos antigos sítios para instalação de outras espécies. Cruz (op.cit.1999:112) nos explica que:

Na verdade, há um intervalo de tempo variável na várzea do Careiro e de outros lugares da várzea da Amazônia para que isso

seja efetivado. Esse intervalo é motivado pela expectativa da elevação do preço da borracha e da semente de cacau, resultando, conseqüentemente, ao retorno dos compradores para tais produtos. Como são culturas perenes, as quais necessitam de alguns anos para começar a produzirem, no caso da seringueira em torno de 7 anos, os moradores, nesse primeiro momento, optaram pela permanência desses antigos sítios.

Sabendo-se que na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a média de idade é de 16 anos, o que nos remete a perceber que se trata de uma comunidade na sua maioria composta por jovens. A população acima de 50 anos, corresponde hoje a apenas 16,62% da população²⁴. O que vamos procurar mostrar a seguir é que justamente nas unidades familiares onde se encontra a população mais idosa (acima de 50 anos) é onde mais permanecem os antigos sítios. Citamos anteriormente que isso se deve a um “laço afetivo” muito forte dos antigos moradores, pois muitas seringueiras e cacagueiros foram plantados por eles, ou por seus pais e avós.

Como já ressaltamos, o curioso é que mesmo com a decadência do ciclo da borracha, os antigos sítios não foram derrubados, mais sim enriquecidos e diversificados com a introdução de novas espécies frutíferas. Verifica-se, por exemplo, que nas unidades familiares entrevistadas, sobretudo onde os proprietários têm a faixa de 70 anos (homem) e 55 (mulher), esses antigos sítios dominados principalmente por seringueiras e cacagueiros, resistem. Isso fica claro no depoimento a seguir:

Vamos deixar do jeito que está. Apesar de não dar lucro, ele está dando sombra (Senhor A., agricultor, 72 anos).

Em outro sítio visitado, pode-se encontrar, além das seringueiras e cacagueiros, cupuaçu, açaí e uma pequena criação de aves. Porém, o proprietário ao ser questionado quanto à manutenção dos antigos sítios, enfatizou:

²⁴ Levantamento Sócio Econômico da Costa do Pesqueiro (2002).

Estou esperando melhorar o corte. Tenho esperança de voltar a vender a borracha quando eu não puder mais trabalhar na roça (Senhor E. C., agricultor, 67 anos).

Percebe-se que na mente dos mais antigos moradores da Costa do Pesqueiro, há a esperança de um novo surto da borracha na Amazônia, numa espécie de *utopia cabocla*²⁵. Contudo, a respeito do declínio constatado [...] não é demais lembrar que o látex, da *Hevea brasiliensis*, continua a ser um dos principais produtos de extração da Amazônia. A extração do látex continua a ser praticado em vários lugares da Amazônia, em particular, nas reservas extrativistas do Alto Juruá e de Chico Mendes, no Estado do Acre²⁶ (WITKOSKI, op.cit:263).

Cruz (2007:101) nos lembra que:

Mesmo com a decadência da produção da borracha na Amazônia, a partir de 1910, em função da crescente produção asiática, os camponeses-ribeirinhos continuaram plantando essas duas culturas consorciadas, nas décadas de 10, 20 e 30, do século XX. Entretanto, esse período, na várzea de Manacapuru, é também de enriquecimento desses antigos sítios, por parte do plantio de outras culturas, principalmente as frutíferas, como o abacate, jambo, açai, pupunha, bacaba, banana, manga, laranja, limão, dentre outras.

Certo é que nas residências dos moradores mais antigos as seringueiras permanecem quase inalteradas. Nas unidades familiares pesquisadas, constatou-se que em apenas uma os antigos sítios foram praticamente derrubados. Justamente, no sítio de um morador residente há menos de 15 anos na comunidade, e que atua como atravessador e produtor de cupuaçu:

²⁵ A depender do interesse, ou não, do Estado e suas políticas públicas, talvez não seja uma total utopia. Basta vermos matéria publicada: *Fábrica de pneus em Manaus: empresa está investindo R\$ 80 milhões e vai utilizar borracha de seringais do Amazonas*. Jornal A Crítica. Manaus, 3 de maio de 2009.

²⁶ É importante que se esclareça que a viabilidade da exploração da borracha ainda nos dias atuais, no Estado do Acre, justifica-se pelo subsídio por parte do Governo Estadual.

Sou atravessador. Comercializo uma média de cinco toneladas de cupuaçu por ano. Derrubei todas as seringueiras. Derrubei e comecei a plantar cupuaçu (Senhor J. L., comerciante e agricultor, 48 anos).

Encontram-se, também, outras justificativas para a permanência dos antigos sítios, sobretudo das seringueiras:

Ela não deixa crescer o mato, além de ser fornecedora de sementes usadas na pesca (Dona O. S., agricultora, 72 anos).

O IBAMA proíbe a derrubada das seringueiras²⁷ (Senhor I. S., aposentado, 77 anos).

Estabelecendo um paralelo, Thomas (1996:113) enfatiza que “não há dúvida de que a lamentação (...) pela derrubada de velhas árvores refletia genuína e difundida corrente de sentimento”. E, ainda, sobre essa corrente de sentimento, vale transcrevermos o testemunho de um antigo morador, já falecido, conseguido por Cruz (op.cit:2007:101):

Eles começaram a derrubar seringueira e cacaeiro que eu plantei com meu pai. Cada seringueira derrubada é como se fosse uma facada no coração. Eles não sabem, mas cada seringueira derrubada é uma lágrima derramada (Senhor M. S., já falecido).

Face à citação acima, percebe-se mais uma vez a relação de amor e afetividade dos antigos moradores das várzeas com relação aos antigos seringais e cacoais. Contudo, pouco a pouco a população de idosos na comunidade está diminuindo. Cada vez mais novos moradores e migrantes intensificam o plantio de

²⁷ Sobre o comentário, vale enfatizar que a Constituição do Estado do Amazonas no Capítulo XI – Do Meio Ambiente, deixa claro no art.232 § 2º que “são consideradas áreas sob proteção especial as de incidência de seringueiras e castanheiras nativas, de propriedade pública ou privada, ficando proibida a derrubada ou danificação dessas árvores em todo o Estado, exceto em áreas autorizadas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia ou por organismo competente. Mais do que isso, por se tratar de uma área de várzea, e por conseguinte, propriedade da união, tal prática poderia ser enquadrada na lei de Crimes Ambientais, contra a flora, no que rege os seus art.38 “destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente...” e art.39 “cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente...”, passível de penalidades e/ou multas (Art.225 § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil).

novas culturas que serão comercializadas com mercados promissores como o de Manaus. O avanço dessas novas culturas tanto perenes como as de ciclo curto exigem mais e mais espaço, comprometendo a permanência, sobretudo, das velhas seringueiras. A velocidade das transformações econômicas e culturais que vem ocorrendo no ambiente das várzeas nos leva a registrar o seguinte questionamento: até quando os antigos sítios, simbolizados pelas seringueiras e cacauzeiros resistirão ao avanço das novas espécies frutíferas? Enquanto os moradores mais idosos viverem, elas resistirão...

2.3 Sítio é sítio, roça é roça...

Justificou-se ao longo do decorrer desse trabalho a utilização do termo sítio em substituição ao termo técnico “sistemas agroflorestais” para melhor consonância com os camponeses-ribeirinhos que utilizam essa denominação.

Os “sistemas agroflorestais” começaram a despertar o interesse da ciência a partir da década de 1970, pois foi a partir dessa época que se verificou que parcelas significativas de agricultores de regiões tropicais não estavam se beneficiando da propalada “revolução verde”²⁸. Foi também na década de 1970 que ocorreu a criação do Centro Internacional para Pesquisa Agroflorestal (ICRAF) em Nairóbi, Quênia, contribuindo para o desenvolvimento do estudo da atividade agroflorestal no mundo.

Pode-se afirmar, então, que os SAF's por não exigirem altos investimentos, podem ser acessíveis para a maior parte dos camponeses nos países tropicais. Nas várzeas da Amazônia, essa prática já faz parte da vida de muitos camponeses-ribeirinhos, cuja dinâmica interacionista desperta o interesse de

²⁸ Durante as décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde, financiada pelo grupo Rockefeller, teve o propósito de aumentar a produção agrícola, sobretudo em países menos desenvolvidos, por meio do desenvolvimento de pesquisas em sementes que as tornariam altamente resistentes a pragas e doenças.

estudo por diversos autores²⁹. Castro (2007), por exemplo, destaca que os sítios “constituem a área ao redor da casa do produtor, onde são cultivadas árvores frutíferas, grãos, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais e criação de animais”. Leeuwen (1997), por sua vez, complementa que os sítios “geralmente contém árvores de muitas espécies diferentes, grande parte frutíferas”. Enquanto que Cruz (2007) esclarece que nos sítios “são cultivados tantos componentes arbóreos, com destaque para as espécies perenes, principalmente, as espécies frutíferas, como componentes semi-arbóreos e não arbóreos”. Witkoski (2007), por exemplo, ao estudar os sistemas agroflorestais, referindo-se ao conjunto de atividades praticadas, utiliza o termo “subsistemas”.

Contudo, para efeito didático e de justeza, deve-se analisar nesse estudo um comparativo entre a compreensão de sítios pelos autores citados nesse trabalho e a compreensão de sítio pelos atores sociais mencionados também nesse trabalho.

De modo geral, excetuando-se o termo técnico “sistema agroflorestal”, não se verifica grandes discrepâncias entre o entendimento de sítios pelas literaturas analisadas/citadas e a compreensão dos camponeses-ribeirinhos. Um elemento-chave e unânime nessa questão é o “entorno da casa”. Ou seja, sítio são as áreas cultivadas entorno da casa.

Uma possível divergência começa a surgir quando se busca diferenciar/separar o sítio do roçado. Lima (1994), por exemplo, mesmo distinguindo três zonas principais desse ambiente: o *jardim* (na frente da casa, onde geralmente existem flores e plantas medicinais), o *terreiro* (área limpa e sombreada no lado da casa, onde geralmente são estendidas as roupas e alimentados os animais pequenos) e o *quintal*; esclarece que o “quintal” é o local de excelência do sítio, onde se encontram os componentes arbóreos e não arbóreos, com destaque para as árvores frutíferas.

²⁹ Sobre o assunto ver: LIMA, 1994; LEEUWEN, 1997; CRUZ, 1999; CRUZ, 2007; CASTRO, 2007; NODA, 2007; WITKOSKI, 2007.

Logo, em conformidade com os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro que ao serem indagados fazem questão de expressar que “sítio é sítio, roça é roça”, percebemos que para compreendermos o conceito de roça devemos entender que se trata das atividades realizadas mais “ao fundo”, ou seja, aquilo que já fora citado anteriormente nesse trabalho: são as culturas de ciclo curto, não perenes. Na área de estudo é comum expressões do tipo: “hoje vamos trabalhar na roça”, “hoje vamos pra roça”, “ele está lá no roçado”, deixando implícito o conhecimento de diferenciação entre sítio e roça.

Essa diferenciação/separação está bem definida, principalmente, na visão dos antigos moradores, como se verifica no relato a seguir:

Sítio são as árvores, é tudo o que está ao redor da casa. Roça é outra coisa, roça é roça, fica lá atrás, precisa de manutenção. O sítio não precisa, ele é permanente (Senhor I.S., aposentado, 77 anos).

No decorrer deste estudo, pode-se perceber que não há um vocábulo específico para designar a área cultivada pelos camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro, ou melhor, para designar o ordenamento territorial das atividades praticadas. Contudo, apesar da denominação “sítio” ser utilizada de forma generalizada para designar o todo, deve-se esclarecer/definir que esse ordenamento territorial, na área de estudo, segue o seguinte padrão:

À frente do rio Solimões, encontra-se a casa de moradia e a casa de farinha. No entorno da casa encontram-se os componentes arbóreo-frutíferos denominados sítios (seringueiras, cacauzeiros, bananeiras, mamoeiros, cupuaçuzeiros etc). Finalmente, ao fundo, encontra-se a roça, com culturas de ciclo curto que vão do maxixe, ao jerimum, passando pela melancia e a mandioca.

Dependendo da época e da força de trabalho disponível, pode-se encontrar, também, depois do roçado, a cultura da malva (figura 22).



Figura 22: Ordenamento territorial das atividades praticadas.
Fonte: CRUZ, Manuel Masulo da, 2007(adaptado).

Independente das variáveis e das denominações que possam surgir para nos referirmos às terras de trabalho dos camponeses-ribeirinhos, o importante é percebermos que por mais que pareça tratar-se de ambientes distintos, estão todos integrados, contribuindo de diferentes maneiras para sustentar seu modo de vida e suas relações de trocas materiais e simbólicas.

Capítulo3 - As rupturas: formas de organização social e de produção nos sítios

A mão-de-obra utilizada na Costa do Pesqueiro é a familiar. Geralmente a responsabilidade pelas atividades e decisões cabe ao chefe da família, representado, na maioria das vezes, por um adulto masculino. É importante ressaltar que a mão-de-obra feminina também exerce um papel fundamental nessa organização social, trabalhando diretamente na roça, no cuidado com as hortaliças e plantas medicinais, no cultivo/coleta dos componentes arbóreo-frutíferos, trabalhando como cortadoras de polpa etc. A área onde os camponeses-ribeirinhos desenvolvem suas atividades agrícolas é denominada várzea alta.

Os solos da várzea são muito mais férteis que a maioria dos solos de terra firme. [...] Uma vez bem estabelecidas, as espécies arbóreas adaptadas à várzea sobrevivem às inundações. Isso faz o cultivo de árvores, na várzea, bem menos arriscado que o cultivo de espécies anuais (hortaliças) ou semi-perenes (maracujá, banana e mamão), que se perdem nos frequentes anos de cheia alta ou precoce (LEEUVEN, et.al.1997). Numa floresta de alimentos produzem-se todos os carboidratos e a maioria das proteínas, vitaminas e minerais que uma família de agricultores precisa, com frutos de árvores e animais associados (CLEMENT, 1986 apud LEEUVEN, et.al.1997).

Os baixos preços para o cacau e a borracha fazem com que a maioria dos produtores dos arredores de Manaus não colha mais esses produtos. Isso explica porque essas plantações são bastante velhas e que, em parte, foram transformadas em pomares caseiros diversificados (BAHRI, 1992).

Saragoussi (1990) apud Noda,et.al.(1997) descreve os “sítios” como

O conjunto de espécies, em sua maior parte perenes, plantadas de modo aparentemente desordenado, pois parecem existir motivos para certas associações, próximo à casa do produtor..., ou seja, a

racionalidade de implantação dos “sítios” é baseada na biodiversidade natural e difere substancialmente do plantio de culturas convencionais, baseados na simplicidade do ecossistema agrícola. Eles são verdadeiros “bancos de germoplasma”, onde novas cultivares e novas espécies são introduzidas e testadas, e as de uso corrente são mantidas pela família, como um recurso para a restauração das roças e outros tipos de plantios, inclusive com estratégias próprias para fazer frente às enchentes.

Ao discorrer sobre as práticas produtivas realizadas na Costa do Pesqueiro, a manutenção ou não dos antigos seringais consorciados com cacoads, entre o preparo, o cultivo e a colheita, percebe-se que os sítios estão cada vez mais inseridos na ótica de uma “fronteira” de transformações e interações. Preliminarmente, isso nos foi possível devido à observação empírica a partir de visitas à localidade, tanto na época da enchente, quanto na época da vazante.

Com exceção dos sítios abandonados, a maioria dos camponeses-ribeirinhos possui algum tipo de cultivo anual ou bianual para geração de renda, entre os quais, pode-se destacar o mamão e o maracujá.

3.2 Cercas e atravessadores... a força do cupuaçu

Conforme demonstramos anteriormente, os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro conseguem identificar as espécies resistentes e não resistentes às inundações (tabela 04). Foi principalmente a partir da década de 1990, do século XX, que os sítios da Costa do Pesqueiro começaram a ser enriquecidos com novas espécies frutíferas. Limão (*citrus sp*), côco (*cocos nucifera*), mamão (*carica papaya*), graviola (*annona muricata*), cupuaçu (*theobroma grandiflorum*), ou seja, diante de uma nova realidade, inevitavelmente era necessário que se criassem novas alternativas de organização familiar. Em outras palavras, “quanto maior for a parte da produção interna destinada ao consumo, maior a segurança alimentar da família e menor, portanto, a

necessidade de recorrer ao mercado para satisfazer as necessidades básicas” (PAULINO, 2006:53).

Tabela 04: Principais espécies resistentes e não resistentes às inundações:

<u>Resistentes</u>	<u>Não Resistentes</u>
Mangueira (<u>Mangifera indica</u>)	Abacateiro (<u>Persea americana</u>)
Cacaueiro (<u>Theobroma cacao</u>)	Mamoeiro (<u>Caripa papaya</u>)
Goiabeira (<u>Psidium guajava</u>)	Bananeira (<u>Musa spp.</u>)
Cuieira (<u>Crescentia cujete</u>)	Limoeiro (<u>Citrus sp.</u>)
Cajueiro (<u>Anacardium occidentale</u>)	Laranjeira (<u>Citrus sinensis</u>)
Cupuaçuzeiro (<u>Theobroma grandiflorum</u>)	
Seringueira (<u>Hevea brasiliensis</u>)	
Jambeiro (<u>Eugenia malaccensis</u>)	
Coqueiro (<u>Cocos nucifera</u>)	
Açaizeiro (<u>Euterpe oleraceae</u>)	
Gravioleira (<u>annona muricata</u>)	
Limeira (<u>Citrus aurantifolia</u>)	

Fonte: Pesquisa de campo, 2009/2010.
Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

Cruz (op.cit:2007:102) nos dá uma explicação, afim de entendermos que essas transformações tem suas raízes no passado:

Os camponeses-ribeirinhos, já estabelecidos na várzea de Manacapuru, não exerceram exclusivamente a tarefa de extração do látex, mas sim, uma combinação de atividades: agricultura, criação de pequenos animais, caça, pesca, coleta e outros. Essa prática diversificada possibilitou aos camponeses-ribeirinhos uma maior flexibilidade com os comerciantes desse produto, pois eram

considerados donos desses seringais, plantados e consorciados com cacauzeiros.

Apesar da viabilidade econômica desses novos componentes arbóreos, há a resistência por parte de alguns moradores que não vêem com bons olhos a introdução dessas novas espécies, por significarem uma ameaça para as seringueiras e cacauzeiros. O maracujá (*Passiflora edulis* s.) e o mamão (*Carica papaya* L.) são dois exemplos (figura 23). Uma das moradoras mais antigas do lugar, e cujo antigo sítio permanece inalterado, comenta:

A questão de se acabar com muitos seringais e cacaos é que o maracujá e o mamão precisam de lugares amplos e abertos para produzir. O maracujá e o mamão só se desenvolvem em lugares com muito Sol (Dona Z. B., agricultora, 57 anos).



Figura 23: Plantação de mamão na Costa do Pesqueiro.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Mas, entre os produtos que mais se destacaram, nos últimos anos, na Costa do Pesqueiro, sem dúvida, foi o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*)³⁰, seguindo a tendência do mercado, que nos últimos anos, no Estado do Amazonas vêm aumentando a área plantada. De 1993 até 2003, segundo dados do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas), já aumentou 11 vezes. Ainda de acordo com os dados do IDAM, o município de Manacapuru destaca-se como um dos maiores produtores do Estado do Amazonas, com cerca de 290 produtores, 409 hectares de área plantada e 408 mil frutos (tabela 05).

Tabela 05: O cupuaçu no Amazonas.

Município	Nº produtores	Área Plantada (ha.)	Produção (mil frutos)
Apuí	120	210	420
Borba	120	200	400
Humaitá	660	660	2.500
Autazes	400	520	1.040
Caapiranga	300	280	560
Careiro	251	251	408
Manacapuru	290	409	818
Manaus	600	1.036	906
R.Preto da Eva	440	680	1.360
Itacoatiara	800	1.900	3.600
Maués	300	400	800
P.Figueiredo	300	1.000	2.000
Silves	400	800	1.600
Parintins	170	250	500

Fonte: IDAM, 2003 [grifo nosso].

Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

* O último dado obtido e disponível pelos órgãos competentes como o IDAM/ SEPROR para o cupuaçu são do ano de 2003. Depois de 2003, a única informação relevante obtida foi o aumento da área no Amazonas que saltou de 2.950 hectares em 1996 para 11.222 hectares em 2006.

³⁰O cupuaçu (*theobroma grandiflorum*) pertence à família Sterculiaceae. É uma das mais importantes frutas tipicamente amazônica. [...] O fruto é uma cápsula, elipsóide ou oblonga, com as extremidades obtusas ou arredondadas, variando de 12-25 cm de comprimento por 10-12cm de diâmetro, pesando até 1.500g; epicarpo (casca) duro, lenhoso, porém facilmente quebrável, recoberto por um indumento ferrugíneo que se desprende com o manuseio; mesocarpo amarelado ou brancacento, abundante, de sabor ácido e cheiro forte, agradável. [...] O fruto, quando maduro desprende-se da árvore, deixando na mesma o seu pêndulo, podendo durar em condições de aproveitamento, no máximo 10 dias. A época de frutificação é no primeiro semestre do ano, estando entre fevereiro e abril o clímax da safra (CAVALCANTE, 1976 apud RODRIGUES, 1997).

Um dos locais mais promissores na produção de cupuaçu no ambiente de várzea do Município de Manacapuru é a Costa do Pesqueiro. Praticamente todas as unidades familiares dessa Comunidade possuem plantações de cupuaçu, em pequena ou grande escala. Mais do que isso, das espécies pesquisadas a única encontrada em todas as unidades familiares foi o cupuaçu³¹, geralmente consorciados com seringueiras e cacauzeiros, numa ocorrência de 17,54% (gráfico 01).

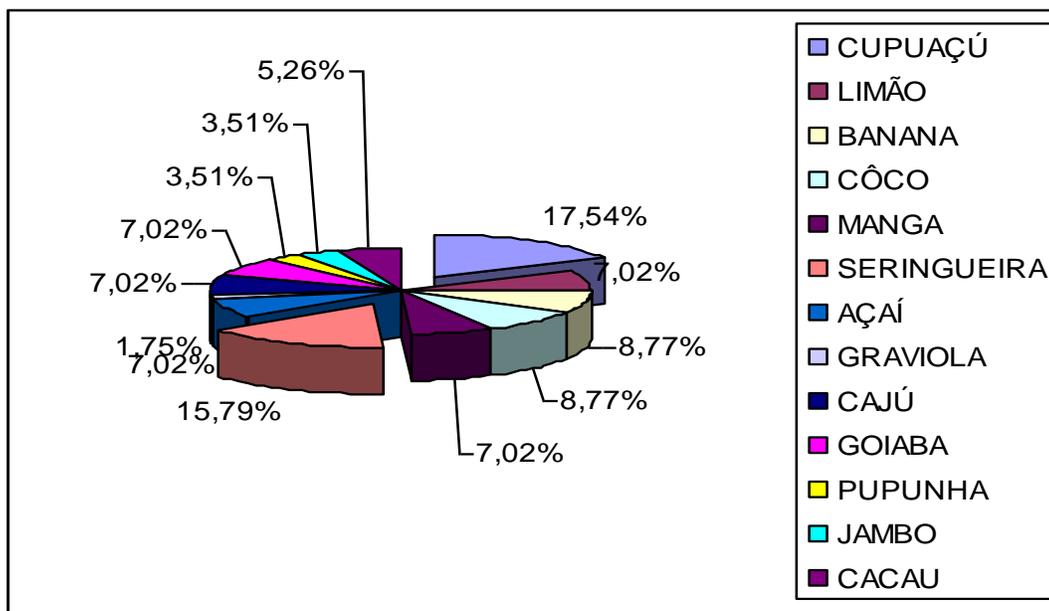


Gráfico 01: Ocorrência das espécies arbóreo-frutíferas na Costa do Pesqueiro antes da cheia "excepcional" de 2009.
Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

O cupuaçu mostra toda a força e importância que possui, principalmente para a venda. Entre as culturas que foram introduzidas nos sítios da Costa do Pesqueiro I, a de maior destaque, sem dúvida, foi o cupuaçu, que a verdade, já era cultivado, mas em pequena escala, apenas para o próprio consumo. A partir

³¹ É importante registrar que os dados estatísticos presentes no demonstrativo do gráfico 01 foram obtidos antes da cheia (recorde) excepcional de 2009. Mais adiante, no tópico "Consequências das enchentes/cheias sobre os sítios" faremos um comparativo com outro levantamento realizado em 2010, quando analisaremos as consequências e repercussões da enchente/cheia nos sítios.

da demanda de polpa dessa fruta no mercado regional, e até nacional, a partir da década de 1990, intensificou-se o plantio. Iniciam-se, principalmente, a partir daí, o processo de derrubadas das seringueiras e cacauzeiros, cujos produtos não interessavam mais ao mercado, ou cujo preço ofertado desestimulava os produtores.

Apesar da produção expressiva de frutos na Costa do Pesqueiro e de se constituir numa importante fonte de renda para a comunidade, não existem dados oficiais sobre o montante de cupuaçu comercializado. Ademais, ocorre uma variação do montante de produção de um sítio para outro, conforme se verifica nos depoimentos coletados:

Não dá pra calcular. Uma base de 1400 cupuaçus durante 06 meses. Uma média de 50 latas (Senhor A., agricultor, 66 anos).

A produção equivale a uns 300 quilos (Senhora R. N., agricultora 49 anos).

Aqui a gente produz uma média de 1000 cupuaçus (Senhor I. S., aposentado, 77 anos).

Independente do volume de produção é perceptível a força e a importância desse produto junto aos pequenos produtores da Costa do Pesqueiro. Um aspecto verificável para essa afirmação é a introdução de cercas (limites) entre um sítio e outro (figura 24) numa tentativa de evitar o furto desse produto. Há alguns anos as cercas determinando o limite dos sítios eram inexistentes. Isso começou a mudar à medida que o cupuaçu começou a ganhar força e importância comercial, conforme atesta Cruz (op.cit:2007:106):

Assim, com a expansão da demanda do cupuaçu e da valorização do seu preço, criou-se toda uma rede de comercialização antes não existente na várzea de Manacapuru. Além disso, os camponeses-ribeirinhos passaram a proteger com mais rigor essa cultura agrícola, para tanto, construíram cercas em torno da sua propriedade, com o intuito de inibir que outros camponeses-ribeirinhos peguem, pela manhã, seu cupuaçu, uma vez que a fruta somente está boa para o consumo quando a mesma cai no chão

durante a noite. Nessa rede de comercialização, os camponeses-ribeirinhos, proprietários de mercearias em terras, vão se tornar os primeiros agentes compradores de cupuaçu. Esses compradores adquirem tanto a polpa quanto a fruta de cupuaçu. Na várzea de Manacapuru, nessa parte mais alta da Costa do Pesqueiro, a segunda forma de comercialização é mais freqüente, apesar da venda da polpa ser mais valorizada [...].

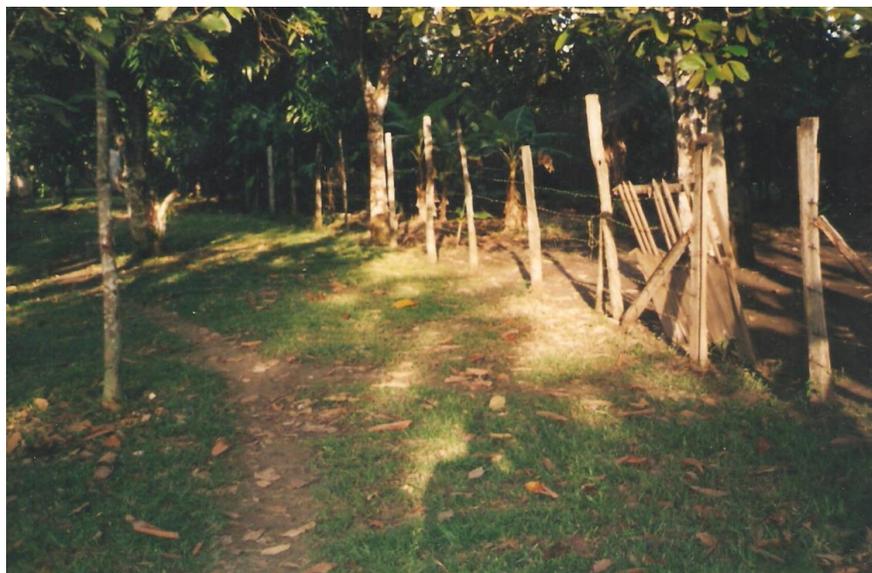


Figura 24: Cercas protegendo a cultura agrícola do cupuaçu. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Outro aspecto, já mencionado anteriormente, é a “chegada” dos atravessadores, que compram grande parte da produção, beneficiam e exportam a polpa para Manaus e outros estados, o que reflete a carência de uma agroindústria eficiente para favorecer a todos os pequenos produtores da Costa do Pesqueiro e, conseqüentemente, garantir um bom preço para o produto.

Dentro dessa cadeia produtiva, que vai gerar toda uma rede de comercialização, os comerciantes/produtores do lugar tornam-se os primeiros agentes compradores de cupuaçu adquirindo tanto a polpa quanto a fruta (figura 25). Após a retirada da polpa, os comerciantes/produtores de cupuaçu, negociam

com os atravessadores dos barcos de linha, que adquirem esse produto para comercializá-lo principalmente em Manaus. Em Manaus, esse produto passa a abastecer os supermercados e feiras da cidade, ou pode até mesmo ser exportado para outros Estados.

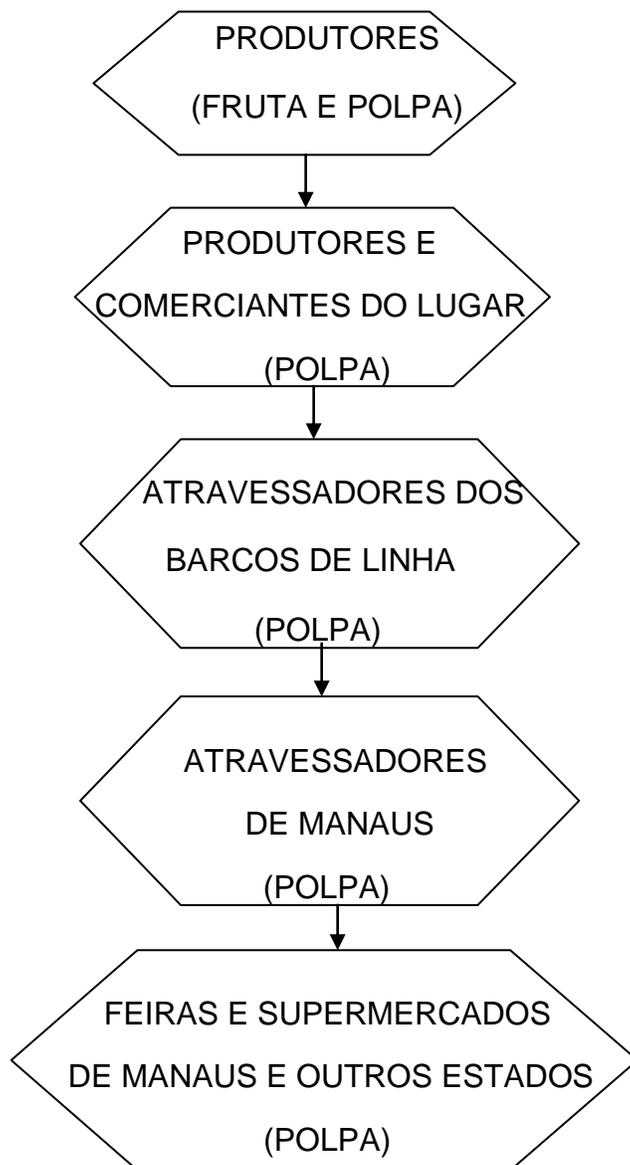


Figura 25: Fluxograma do cupuaçu da várzea de Manacapuru até Manaus. Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

Segundo dados do IDAM (2003), existem apenas 20 agroindústrias registradas no Ministério da Agricultura para processamento de cupuaçu. A maioria, 15 empresas, está instalada em Manaus. As outras estão nos municípios de Manacapuru, Iranduba e Presidente Figueiredo.

Nota-se, também, que apesar dos cacaos (figura 26) corresponderem hoje a apenas 5,26% dos sítios, haja vista a constante derrubada que se processou ao longo de 20 anos, há um certo arrependimento por parte dos moradores. Derrubaram-se muitos cacaos à medida que eles perdiam importância comercial. Hoje, porém, o cacau, cuja matéria-prima serve para produzir manteiga, chocolate e vinho, começa a ter grande aceitação nos mercados de Manacapuru. Os antigos moradores que acreditaram no retorno e valorização econômica dessas antigas culturas estão se beneficiando. Àqueles que optaram pela derrubada, passado o arrependimento, estão começando a replantar os cacaos.



Figura 26: Plantação de cacau/Costa do Pesqueiro.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

3.3A força do cupuaçu e da “floresta de alimentos” em xeque...

Como todas as atividades desenvolvidas pela unidade de produção camponesa da várzea – agricultura, criação e o extrativismo (vegetal ou animal) -, a pesca, como atividade extrativa, também obedece aos imperativos da natureza, isto é, não pode ser desenvolvida sem levar em consideração o ciclo das águas. Podemos dizer, portanto, que as águas definem os momentos de realizarem todas as atividades do camponês³².

A grande enchente/cheia de 1953, e as grandes enchentes/cheias excepcionais da década de 70 ainda estão presentes no imaginário dos antigos moradores das várzeas amazônicas. Logo, uma cheia excepcional, décadas depois, ultrapassando a cota de 1953, inevitavelmente teria muitas repercussões³³, haja vista que mais uma vez desestruturou-se todo um modo de vida. Os sítios da Costa do Pesqueiro, seus componentes arbóreo-frutíferos, a vida em comunidade, as alternativas de trabalho, não ficaram imunes ao fenômeno (figura 27).

³² Witkoski, op.cit:295.

³³ A repercussão e conseqüências da última grande cheia na Amazônia do ponto de vista material e cultural nos abrem um vasto leque de estudo. Basta vermos as matérias publicadas: *Enchente já levou 50% da lavoura no Estado*. Jornal Amazonas Em Tempo. Manaus, 05 de maio de 2009. / *Preço nas alturas*: a enchente invadiu a várzea e prejudicou a produção regional de cebola, chicória e o coentro, que ficou até 400% mais caro. Jornal A Crítica. Manaus, 24 de maio de 2009. / *Agricultores terão ajuda de R\$ 950 milhões*. Jornal Amazonas Em Tempo. Manaus, 16 de maio de 2009. / *Cheia histórica já ameaça o interior*. Jornal A Crítica. Manaus, 22 de março de 2009. / *Nível das águas: mais que em 1953*. Jornal A Crítica. Manaus, 17 de abril de 2009. / *Cheia no Solimões: agricultores e pescadores já estão sofrendo prejuízos*. Jornal A Crítica. Manaus, 05 de abril de 2009. / *Depois da cheia, o castigo da seca*. Jornal A Crítica. Manaus, 06 de setembro de 2009.



Figura 27: Costa do Pesqueiro durante a última cheia excepcional do rio Solimões em 2009.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2009.

A dinâmica do ciclo das águas, de certa forma inesperada, imprimiu um ritmo pelo qual os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro, há tempos não estavam acostumados³⁴, impondo um desafio à reprodução social de suas vidas. Plantações de mamão, banana e limão (espécies poucos resistentes) e até mesmo espécies consideradas mais resistentes como a mangueira, o açazeiro, o cupuaçuzeiro e a seringueira não resistiram ao fenômeno da cheia. O ciclo das águas acabou impondo grandes dificuldades às atividades produtivas.

Em conversa com um camponês-ribeirinho, que mesmo aposentado trabalha fazendo a travessia dos moradores de Manacapuru para a Costa do

³⁴ Ao nos referirmos a um ritmo do qual há tempos os moradores da Costa do Pesqueiro não estavam acostumados, estamos nos reportando ao fato de que a área em questão tratar-se de uma unidade geomorfológica denominada depósitos de inundação, ao qual é caracterizado por formar em vários trechos verdadeiros terraços, em outros, áreas deprimidas, semeadas de grandes lagos. Essa unidade apresenta topografia favorável para o desenvolvimento de sítios, onde os mesmos são assentados em locais livres das inundações médias, ou seja, em locais altos, no topo da restinga (dique marginal), onde geralmente também são estabelecidas a casa de moradia e as dependências utilitárias.

Pesqueiro, relatou que “a vida na localidade é difícil, mas que este ano [2009] não foi fácil”.

Conversando ainda sobre as consequências da cheia de 2009, ele afirmou:

Essa cheia não foi pior do que a de 53, este ano teve mais recurso³⁵. Já a produção está comprometida porque a cheia demorou e mesmo aquelas [espécies] mais resistentes não aguentaram. Muitos cupuaçus não resistiram, este ano a produção vai ser pouca. (Senhor E., aposentado, 72 anos).

Os impactos da enchente/cheia de 2009 foram sentidos nos mercados e feiras de Manaus e Manacapuru. Os produtos tradicionais da várzea começaram a diminuir, fazendo com que pela lógica da lei da oferta e da procura, mas, sobretudo, influenciado pela ação de atravessadores e da especulação os preços de produtos como o maxixe, couve, cheiro verde, mamão, banana, açai, etc comessem a onerar.

A agricultura se divide em fases temporais ou ciclos – tempo de preparo, tempo de cultivo e tempo de colheita. Se um desses ciclos se rompe, toda uma cadeia produtiva fica comprometida.

O plantio e coleta do cupuaçu é um dos maiores expoentes de produção na Costa do Pesqueiro, cujo fruto tem grande aceitação no mercado de Manaus e outros Estados do Brasil. Com a polpa preparam-se sorvetes, vinhos, licores e compotas muito apreciadas.

Conversando um pouco mais sobre a problemática com um camponês-ribeirinho a respeito da previsão de safra e comercialização do cupuaçu para os anos seguintes, ele explicou:

³⁵ Observa-se que apesar de toda a repercussão da cheia de 2009, as grandes cheias, sobretudo a de 1953, continua no imaginário dos antigos moradores como a mais impactante. A explicação pode estar no fato de que diferentemente da cheia de 1953 e as cheias excepcionais da década de 70, em 2009 houve a ação do Estado através de programas como o “SOS Enchente”.

É provável que a produção deste ano seja mais pra consumo do que pra venda, porque até os cupuaçuzeiros não agüentaram a força da água. Está morrendo tudo (figuras 28 e 29). Não aguentaram muito tempo na água (Senhor E., aposentado, 72 anos).



Figura 28: Cupuaçuzeiros morrendo, após a cheia excepcional de 2009. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2009.



Figura 29: Cupuaçu definhando, após a cheia excepcional de 2009. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2009.

A enchente/cheia de 2009 castigou os produtores do setor agrícola amazonense, sobretudo, das várzeas do baixo rio Solimões. Calcula-se que em Manacapuru, por exemplo, se acumularam perdas de 40% e 50%³⁶. A enchente invadiu a várzea e prejudicou a produção regional.

O cheiro verde – cebola, coentro e chicória – que abastece a mesa da população em Manaus veio de Recife (PE) e Belém (PA), de avião, por causa da enchente que tomou as plantações de várzea nos municípios do entorno da capital. As perdas dos produtores rurais com a enchente chegam a R\$ 26.301 milhões em 34 municípios listados pelo IDAM/Sepror: Em Itacoatiara as maiores perdas foram de batata, com 16 toneladas; mamão com 12.5 toneladas e milho com 12 toneladas; **Manacapuru perdeu 503 toneladas de macaxeira e 1.087 tonelada de hortaliças**; Careiro da Várzea perdeu R\$ 1.425 milhão com a enchente. De melancia foram 120 toneladas; 228 toneladas de repolho; 720 toneladas de couve; 291 toneladas de pepino e 264 pés de alface; os produtores de Uarini perderam 20 toneladas de farinha e 50.600 cachos de banana, entre outros produtos [grifo nosso]³⁷.

Diante de tantas notícias destacando somente os impactos negativos da cheia excepcional de 2009 sobre a produção e o modo de vida dos camponeses-ribeirinhos fica no imaginário das pessoas somente os flagelos, principalmente no imaginário daqueles que são coadjuvantes ou estão alheios ao processo. Contudo, os camponeses-ribeirinhos, obrigados e acostumados a passar por essas ambivalências conseguem perceber e tirar proveito desses fenômenos em suas terras de trabalho, como se verifica no relato a seguir:

A cheia acabou beneficiando os sítios. Tinha muita cobra pequena, venenosa. Elas foram embora pra outra mata. Tinha muita formiga que prejudicava a roça, também, que desapareceram. Quando tava plantando melancia e jerimum,

³⁶ ENCHENTE já levou 50% da lavoura no Estado. Jornal Amazonas Em Tempo. Manaus, 05 de maio de 2009.

³⁷ PREÇO nas alturas: a enchente invadiu a várzea e prejudicou a produção regional de cebola, chicória e o coentro, que ficou até 400% mais caro. Jornal A Crítica. Manaus, 24 de maio de 2009.

percebi que tem poucas formigas (Senhor E., aposentado, 72 anos).

A explicação para a limpeza do solo e o desaparecimento de diversos tipos de pragas que infectam a vegetação pode ser explicada pelo refluxo das águas. Nas várzeas da Amazônia, os terrenos que ficam muito tempo submersos, emergem limpos e livres desses parasitas.

Se a enchente/cheia invadiu os sítios (figura 30) das várzeas do baixo rio Solimões e prejudicou a produção regional, no caso da Costa do Pesqueiro, sobretudo o cultivo de cupuaçu, com o início da vazante/seca é hora de contar os prejuízos e recomeçar o plantio daquilo que fora perdido e, assim, superar os desafios impostos pelo regime das águas para a vida comunitária.

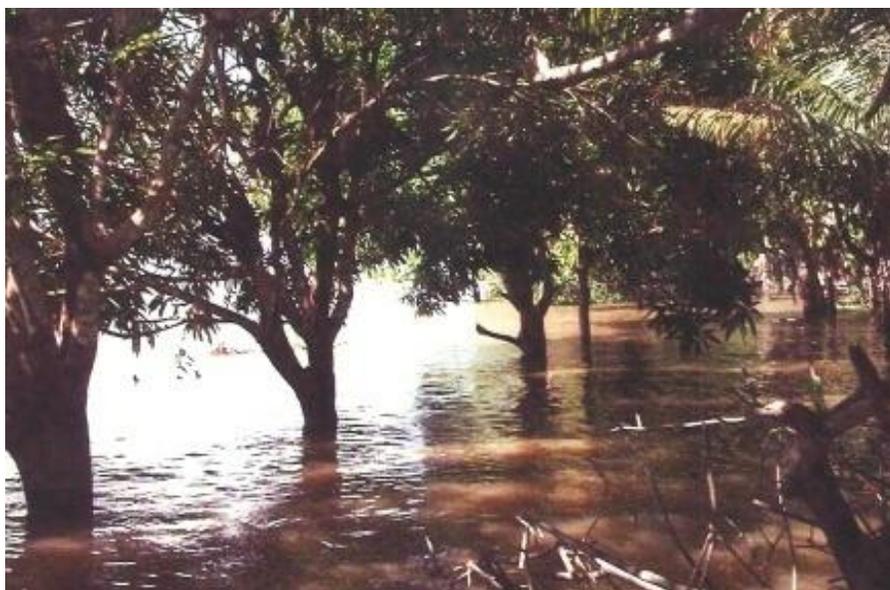


Figura 30: Componentes arbóreo - frutíferos debaixo d'água (Costa do Pesqueiro, em julho de 2009).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2009.

A capacidade de recuperação da várzea do baixo rio Solimões (figura 31), por conseguinte, de seus moradores, demonstram a força de interação e o poder de regeneração usado pelos grupos rurais para a superação de barreiras e dos

problemas encontrados na vida em comunidade. Trata-se de uma realidade dinâmica, transformada pela necessidade do contexto.



Figura 31: Componentes arbóreo - frutíferos após a cheia (Costa do Pesqueiro, em outubro de 2009).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2009.

Após o período enchente/cheia e a chegada do período vazante/seca inicia-se o processo de preparo do solo e replantio das culturas. Mesmo que a cultura do cupuaçu tenha perdido a estrutura e se tornado um desafio para os produtores da Costa do Pesqueiro, outras culturas começam a ganhar espaço. É o caso do consórcio melancia (*citrullus lanatus*) e jerimum (*cucurbita pepo* L.) (figura 32), dois produtos de grande aceitação nos mercados de Manacapuru e Manaus. A proximidade de Manaus e dos centros urbanos [...] e o acesso relativamente fácil, através de recreios³⁸ e/ou outros meios de transporte, favorece esta estratégia de sobrevivência das famílias das pequenas unidades produtoras no rural (NODA, 1997).

³⁸ Denominação local para barcos de pequeno porte que trafegam pelas comunidades levando passageiros, cargas, encomendas e produtos.



Figura 32: plantação consorciada de melancia e jerimum. Ao fundo cupuaçuzeiros que não resistiram à cheia. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

3.3 Consequências das enchentes/cheias sobre os sítios

É sabido que a enchente/cheia de 2009 castigou os produtores do setor agrícola amazonense, sobretudo, das várzeas do baixo rio Solimões. Após a cheia (recorde) excepcional de 2009 que conseguiu atingir até as partes mais altas das restingas, o cenário verificado na Costa do Pesqueiro à primeira vista era de desolação.

Muitos moradores tiveram que abandonar seus sítios. Aqueles que possuíam familiares na sede municipal (Manacapuru) viram-se forçados a migrar. Aqueles que ficaram tiveram que se relacionar com essa nova realidade. Com a produção em queda só restava aqueles que não possuíam outra fonte de renda depender da ajuda humanitária de seus vizinhos e, principalmente das políticas públicas municipais, estaduais e federais.

O depoimento de uma moradora, residente na comunidade a 30 anos nos dá a dimensão do fenômeno:

Muitas pessoas se viram em situação de total penúria. Aqui mesmo em casa, mesmo com toda a dificuldade eu abriguei muitas pessoas que não tinham onde ficar e nem o que comer (Senhora Z., professora, 57 anos).

Citamos anteriormente, baseado em levantamento socioeconômico, que na Costa do Pesqueiro os atores sociais que compõem o lugar caracterizam-se basicamente de agricultores, pescadores, produtores extrativistas, donas-de-casa, estudantes e aposentados. E que predomina na população da comunidade crianças e jovens. Logo, pode-se afirmar que a maioria da população não possui uma fonte de renda fixa. E que certamente esse aspecto socioeconômico acabou agravando a situação de flagelo dos moradores. É o que observa um antigo camponês-ribeirinho ao nos relatar que:

Os que menos estão sofrendo são aqueles que têm uma renda. Eu recebo dois salários pelo INSS, um meu e outro da minha esposa [falecida]. Agora aqueles que não têm nada, tão tendo que se virar. Como eu não pesco mais, compro peixe do meu vizinho pra ajudar (Senhor M., aposentado, 79 anos).

Inevitavelmente, com nível das águas atingindo 29,77 metros, as plantações de mamão, banana e limão (espécies poucos resistentes) e até mesmo espécies consideradas mais resistentes como a mangueira e a seringueira não resistiram ao fenômeno da cheia. A explicação para a morte de muitas espécies consideradas resistentes está no tempo de demora para a vazante, fazendo com que essas espécies ficassem além do esperado com suas raízes e troncos submersos. Outra explicação colhida entre os moradores estaria na grande quantidade de areia transportada e depositada sobre as raízes e troncos que com a chegada do verão amazônico passaram por um processo de superaquecimento.

Conseqüentemente, mesmo nos antigos sítios cuja paisagem era predominante de seringais e cacoais tiveram que ser derrubados (figuras 33 e 34).

As seringueiras que não resistiram, sobretudo, aquelas mais próximas das residências tiveram que ir abaixo. Um dos moradores mais antigos explicava o porquê:

Vou ter que derrubar agora porque elas morreram e está fazendo medo. Pode cair na casa. Falei com o rapaz que vem aqui passar a motosserra. Depois vou queimar e limpar o terreno. Me pediram pra deixar plantar roça e eu deixei (Senhor M., aposentado, 79 anos).



Figura 33: Sítio antigo onde se observa, ao fundo, seringueiras derrubadas porque não resistiram ao tempo de cheia. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Um aspecto que já começa a ser percebido/sentido nos antigos sítios que estão passando por esse processo de derrubada diz respeito à aclimação. As seringueiras ao redor das casas mesmo sem importância comercial funcionam como amenizadoras das altas temperaturas da realidade equatorial amazônica, por serem fornecedoras de sombra e ventilação. Como as casas dos camponeses-ribeirinhos, de modo geral, na Costa do Pesqueiro são de madeira, alturas rebaixadas e cobertas com folhas de alumínio, os moradores do lugar já

começaram a perceber/sentir o aumento da temperatura e as consequências dessa insalubridade provocadas pelo calor e pouca ventilação.



Figura 34: Sítio antigo onde se observam seringueiras derrubadas e em processo de queima.
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Quanto às plantações de cupuaçu, na sua maioria, pelo mesmo processo por qual passaram as seringueiras tiveram que ser derrubados. Houve uma queda drástica na produção e no número de componentes arbóreos, não só do cupuaçu, mas de diversas espécies, sobretudo as frutíferas, de fim comercial, que foram desestruturadas, ocasionando, inevitavelmente a redução de seus exemplares (gráfico 02).

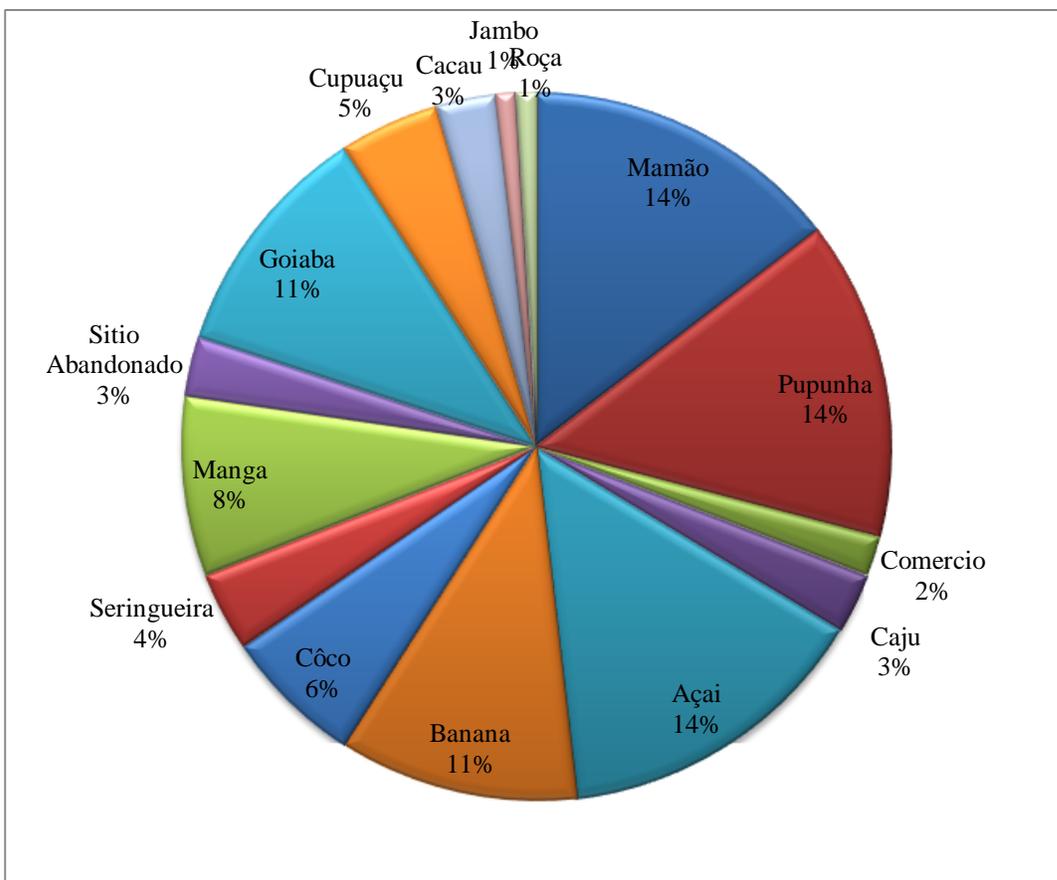


Gráfico 02: Estrutura das unidades familiares e, por conseguinte, dos sítios após a cheia “excepcional” de 2009 na Costa do Pesqueiro.
Org.: Antonio Carlos Souza, 2010.

Ao contrapormos os gráficos 01 e 02, observa-se, por exemplo, que o cupuaçu, um dos maiores expoentes da produção/comercialização na Costa do Pesqueiro, que antes respondia por cerca de 17,54% dos componentes arbóreo-frutíferos, após a enchente de 2009 e, conseqüentemente, a morte e derrubada dos mesmos, restaram apenas cerca de 5%.

A princípio poderia-se imaginar que a desestrutura causada pela enchente/cheia ocasionaria, de certo modo, o abandono definitivo dessa cultura, haja vista não se tratar de uma cultura de ciclo curto. Porém, ao questionarmos os moradores, tanto os mais antigos quanto os mais novos e migrantes, a resposta pareceu ser unânime:

Todo mundo tá replantando. Vamos replantar também. Cerca de 200 pés. Além dele [cupuaçu], o açaí e o cacau. O açaí é melhor do que a roça (Senhor E., aposentado, 67 anos).

Outro camponês-ribeirinho, já aposentado, nos relatou que depois da enchente/cheia:

Não sobrou nem dez pés [de cupuaçu]. Morreu tudo. Este ano [2010] não vendi um cupu. Já estou velho, mas vou replantar. Três anos ele ta dando. É venda certa (Senhor M., aposentado, 79 anos).

Em alguns sítios visitados não se chegou a verificar a morte de seringueiras na enchente. A explicação, segundo os moradores mais antigos está na correnteza. Segundo eles, onde tinha correnteza não se acumulou terra. Em um desses sítios, de um antigo morador, ao ser perguntado se derrubaria as seringueiras para replantar o cupuaçu, o mesmo foi enfático:

Não derrubo nada. O sítio está do mesmo jeito. Só derrubei os cupuaçuzeiros que morreram. Só ficaram uns 20 pés, mas já tenho 60 pés plantados. Vou continuar plantando (Senhor I.S., aposentado, 77 anos).

Já para outro camponês-ribeirinho que comercializa o cupuaçu em forma de polpa³⁹, ao ser perguntado se continuaria plantando o fruto mesmo com a perda causada pela cheia resumiu em poucas palavras:

Já está plantado. Uns 150 pés. (Senhor E., aposentado, 72 anos).

³⁹ Verifica-se na área de estudo uma divergência quanto à forma de comercialização do cupuaçu. Observação já constatada por Cruz (2007). No caso da Costa do Pesqueiro, existem produtores que preferem vender “inteiro” [in natura] porque em forma de polpa há gasto com gelo e saco plástico, além dos cuidados [com a higiene] tem que contratar o “cortador” [da polpa]. E segundo esses produtores não é todo mundo que sabe tirar a polpa e o cortador tem que receber a “bóia” [alimento]. Já para outros moradores, a polpa é mais lucrativa porque o comprador dá o gelo e aumenta o preço.

Nas várzeas da Amazônia, como no baixo rio Solimões, cada vez mais os agricultores passam a cultivar as espécies que possuam maior valor comercial. Alternando suas práticas entre as hortaliças e as culturas semiperenes e perenes como o mamão, o maracujá, a melancia, a goiaba e o cupuaçu.

Passado um ano da última grande cheia no baixo rio Solimões, os camponeses-ribeirinhos ainda buscam se recuperar. Enquanto o cupuaçu, por exemplo, não atinge o ponto de colheita e comercialização, os habitantes das várzeas, sobretudo aqueles que não têm uma fonte de renda definida investem nas culturas de ciclo curto como o maxixe, o jerimum (abóbora) e a melancia. Os dois últimos, no caso, por adaptarem-se bem aos solos de várzea e, no caso da Costa do Pesqueiro, a grande quantidade de sedimentos deixados, produziram em grande quantidade. É o que demonstra o relato a seguir:

Melancia deu muita, mas tava barata. Jerimum também deu muito. Eu vendi 11 toneladas de jerimum pro M.C. [atravessador]. A melancia foi difícil porque teve muita produção (Senhor E., aposentado, 72 anos).

Mas não são somente as culturas de ciclo curto que começam a se destacar na agricultura camponesa familiar da Costa do Pesqueiro. Ao observarmos os resultados apresentados no gráfico 02, observa-se que a goiaba e a banana já começam a responder por 11% das espécies para fim comercial, enquanto que a pupunha, o açaí e o mamão por 14%, respectivamente, também para o mesmo fim.

A explicação para o “boom” de um retorno promissor dessas espécies está na proximidade do mercado consumidor de Manaus. Os camponeses-ribeirinhos entrevistados são enfáticos em dizer que só é vantajoso produzir pela proximidade com o mercado consumidor de Manaus. O mercado de Manacapuru é restrito e a população tem pouco poder aquisitivo. A banana, por exemplo, bastante comercializada nos mercados e feiras de Manaus, tenta pouco a pouco ressurgir como um expoente na produção agrícola local. Segundo relato de antigos moradores, do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os

antigos sítios eram compostos, sobretudo de seringueiras e cacauzeiros. A partir da década de 50 do século XX começa a haver o enriquecimento desses sítios com fruteiras, entre as quais a banana. Nas décadas seguintes, um declínio.

Esse declínio, nas décadas seguintes, sobretudo na década de 1970, está diretamente relacionado às grandes cheias ocorridas nesse período, principalmente as cheias excepcionais. Num total de três, ocorridas em 1971, 1975 e 1976, atingindo 29.12 m, 29.11 m, e 29.61 m, respectivamente. As enchentes/cheias sequenciais⁴⁰ ocorridas nessa década foram determinantes para a desestruturação da fruticultura na Costa do Pesqueiro. Os moradores mais antigos relatam que a Costa do Pesqueiro, antes do impacto provocado por essas enchentes era grande produtora e fornecedora de frutas como o abacate e a banana (espécies pouco resistentes ao excesso de água) para os mercados de Manacapuru e Manaus. Com o passar dos anos, houve a redução até o desaparecimento dessas espécies. Somente a partir da década de 1990 é que os camponeses-ribeirinhos começaram a retomar e a investir de forma mais intensa na produção de frutas, enriquecendo os sítios principalmente com culturas mais resistentes e mais rentáveis como o cupuaçu e o mamão.

Um resumo das transformações ocorridas nesses sítios ao longo de décadas, pode ser percebida no relato de um camponês-ribeirinho:

Na década de 40 era o abacate, a banana, o cacau e a seringa. Tinha a juta também, eu devia ter uns 10 anos. A queda da juta foi o preço, não dava nem R\$ 1.50 o Kg. A gente era “logrado” [enganado], tinha dívidas em banco. Trabalhava que nem um desgraçado, até de noite. Não compensava. A banana foi uma “peste” [praga] que matou tudo. Acabou tudo. A valência que tinha a juta e a malva. Hoje é o peixe (Senhor M., aposentado, 79 anos).

⁴⁰ A década de 1970 na Amazônia foi a década das grandes enchentes. De 1970 até 1979 todas as cotas registradas, sem exceção, ultrapassaram a média de 28 metros, ou seja, foram no mínimo classificadas como grandes cheias.

Diante de tantas ambivalências e resiliências por qual passam os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro, não há de se esperar outra coisa do que a esperança no futuro. A crença de que a cheia “excepcional” de 2009, como o próprio nome nos reporta, foi excepcional. E que o cupuaçu agora juntamente com o açai, a goiaba e o mamão serão o carro chefe dessa agricultura camponesa.

Essa perspectiva em dias melhores pode ser percebida, sobretudo nos comerciantes da localidade, que por terem um contato mais direto com o mercado, e por estarem sentindo de forma mais direta a falta do cupuaçu, conseguem descrever o quadro atual em antes e depois da enchente/cheia.

Os dois principais comerciantes da localidade são dois irmãos que possuem uma íntima relação com as formas de produção e comercialização, pois são ao mesmo tempo agricultores e comerciantes. Diferentemente da maioria dos outros moradores do lugar, não atuam na pesca e não comercializam esse produto. A eles interessa apenas os produtos extraídos dos sítios e roça, como o cupuaçu, o côco, o milho, o mamão, a macaxeira, o jerimum etc. Ou seja, os produtos de grande aceitação/comercialização nas feiras e mercados principalmente de Manaus. Perguntado a um desses comerciantes sobre os efeitos da enchente/cheia na produção, principalmente sobre o cupuaçu, nos relatou o seguinte:

Antes da cheia eu comercializava uma média de sete caixas de isopor por semana, só com polpa [de cupuaçu]. Era uma média de 210 pacotes que dava uns 800 Kg. Eu comercializava também uns 500 côcos de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 o cento. O jerimum a R\$ 20,00 o cento, a macaxeira a R\$ 30,00 o sacco, o milho a R\$ 5,00 a mão [meio cento] e o mamão eu vendia cerca de 30 a 40 caixas a R\$ 1,00 o Kg. Acabou tudo. O governo não ajuda. A última grande safra foi em 2008. Depois nada. Comprei um terreno no Manaquiri e estou investindo no gado (Senhor M., agricultor e comerciante, 38 anos).

Os comerciantes do lugar, de modo geral, não se denominam de atravessadores, apesar de serem os primeiros a comprar o cupuaçu e outros produtos. Denominam-se de agricultor e/ou comerciante. Atravessadores “são os outros”. Que “ficam com a maior parte”. Na visão desses camponeses-ribeirinhos os atravessadores estão simbolizados principalmente pelos barcos denominados de “*recreios*” que percorrem as comunidades em busca de produtos e os grandes comerciantes de Manacapuru e Manaus.

À primeira vista poderia-se imaginar que esses atravessadores são vistos como exploradores nessa cadeia produtiva. Contudo, os mesmos exercem um papel de grande importância dentro de toda uma logística que é escoar essa produção para os grandes mercados consumidores, como o de Manaus. Como relata um camponês-ribeirinho:

Mesmo pagando os cortadores, bancando o gelo e pagando R\$ 2,00 de frete por caixa de fruta ou de polpa, ainda dá pra tirar, porque o recreio pega aqui na frente. É só o trabalho de colocar no barco e daqui já segue direto pra Manaus. Mando um bilhete pro comprador dizendo quantas caixas estão indo e quantos quilos eu estou mandando. Vai lá pra [feira da] “Manaus Moderna”. Chega direitinho. Na volta eu já recebo o dinheiro. (Senhor M., agricultor e comerciante, 38 anos).

Uma curiosidade pertinente verificada na Costa do Pesqueiro relaciona-se a produção de manga. Fruto bastante frequente na várzea do baixo rio Solimões e que na Costa do Pesqueiro corresponde, hoje, a cerca de 8% dos componentes arbóreo-frutíferos. Não se verifica por parte dos camponeses-ribeirinhos muito interesse na sua comercialização, apesar de ser um fruto bastante apreciado. As mangueiras dos sítios geralmente são para o próprio consumo. A explicação, segundo os camponeses-ribeirinhos do lugar está no fato da safra da manga coincidir com a safra da melancia. Conforme a expressão dos próprios moradores: “*a melancia quebra a manga*”. É uma concorrência desigual. A melancia custa uma média de R\$ 10 a unidade, enquanto que a manga R\$ 8 a caixa.

Com a queda vertiginosa da produção de cupuaçu, um dos frutos no qual os camponeses-ribeirinhos mais estão investindo é a goiaba (figura 35). A explicação está no aumento da procura desse fruto em forma de polpa por parte dos supermercados, lanchonetes e restaurantes⁴¹. O primeiro comprador de cupuaçu na Costa do pesqueiro, normalmente são os comerciantes da própria comunidade. Um dos comerciantes de polpas de frutas mais atuantes no lugar nos deu a seguinte explicação:

Sou produtor e comerciante. Todo ano eu tirava cinco toneladas de polpa de cupuaçu. Mandava duas vezes por semana pra Manaus, cerca de 1000 quilos. No começo da safra eu vendia a polpa a R\$ 2,00 o quilo no começo e a R\$1,50 no final. Contratava quatro cunhadas pra retirar a polpa, com direito à merenda, almoço e tudo. Elas recebiam R\$ 0,25 centavos por quilo tirado. Isso durou de 2003 até 2008. Já replantei cerca de 50 pés. Agora é a goiaba. A gente está perdendo dinheiro. Estão oferecendo R\$ 50,00 na caixa. Já plantei cerca de 50 pés de goiaba e espero colher umas cinco toneladas (Senhor M., agricultor e comerciante, 38 anos).

Vai levar um tempo para que a fruticultura desponte novamente como força de produção na Costa do Pesqueiro. Enquanto isso se verifica o avanço da pesca no lugar, para o consumo interno ou para a comercialização no mercado de Manacapuru, sobretudo o peixe liso.

⁴¹ A goiaba (*Psidium guajava*) é utilizada em diferentes produtos, tais como doces, compotas, sucos e sorvetes. Conhecida por ter muita vitamina C, além de sais minerais, como cálcio, fósforo e ferro. Existem duas variedades: a branca, de casca esverdeada e interior amarelo-esverdeado pálido e a vermelha, de casca amarelada e interior rosado. As goiabas são consumidas principalmente *in natura* ou em forma de doce, chamado goiabada. De um modo geral, não tem muito açúcar e quase nenhuma gordura, sendo indicada para muitos tipos de dieta.



Figura 35: Sítio enriquecido com goiabeiras na Costa do Pesqueiro. Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

3.4 Novas rupturas: transformações socioeconômicas no setor pesqueiro no baixo rio Solimões e sua influência sobre os sítios

Com a morte de grande parte das culturas anuais e bianuais, muitos moradores da Costa do Pesqueiro, sobretudo aqueles mais jovens, considerados mais aptos e saudáveis, começaram a investir na pesca, principalmente do peixe liso, como alternativa substitutiva para os sítios. O relato de um camponês-ribeirinho atesta isso:

Hoje a maioria está vivendo da pesca, principalmente depois da cheia (Senhor I., aposentado, 77 anos).

Sobre essa adversidade, vale ressaltar o que Araújo (2007:173) assevera:

Em função da geografia fluvial de altos e baixos níveis de enchentes e vazantes, o ribeirão teve que se adaptar e inventar um calendário de vida, economia, trabalho. Coletas, roçados e pescarias têm a sua própria época do ano e variam com as

condições locais e **imprevistos dos rios**, das chuvas, alagações e secas. A fartura e a escassez também se alternam entre duas estações do ano fluvial. Nas enchentes: **calamidade** e miséria para o ribeirinho [grifo nosso].

Os camponeses-ribeirinhos vivem a importância da natureza no seu dia a dia e vivem as escolhas para a manutenção de suas relações sociais estabelecidas. Inevitavelmente, a Costa do Pesqueiro, e seus sítios, por localizar-se numa região rica em peixes, não poderia deixar de sofrer as influências impostas pelas transformações socioeconômicas advindas da atividade pesqueira. Dessa forma, ao longo do ano, de janeiro a dezembro conseguem obter diversas espécies de peixes tanto para o consumo interno quanto para comercialização (tabela 06).

Tabela 06: Calendário Agrícola das Atividades Pesqueiras da Costa do Pesqueiro:

Denominação Regional	Início da Pesca	Término da Pesca
Jaraqui, matrinxã	Abril	Junho
Bodó	Junho	Agosto
Pacu, sardinha, branquinha	Janeiro	Julho
Tambaqui	Abril	Junho
Caparari, dourada, piraíba, piramutaba, pirarara e surubim*	Janeiro	Dezembro

Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

* De acordo com os camponeses-ribeirinhos, independente da quantidade de peixe liso obtida a pesca é realizada durante o ano todo.

Como o próprio nome diz, a “Costa do Pesqueiro” possui essa toponímia regional alusiva a pesca, no caso, aos *pesqueiros reais*, que eram pontos de pesca em diversas partes da Amazônia responsáveis em aproveitar a abundância de peixe-boi, tartaruga e as diversas espécies de peixes, entre os quais o pirarucu, a fim de alimentar principalmente as tropas militares que protegiam e ocupavam a

região em nome da coroa portuguesa. Devido à escassez da carne de gado na região (século XVII), estabeleceram-se, então, diversos pontos de pesca, denominados pesqueiros visando atender os interesses da administração colonial portuguesa.

Do período colonial, dois legados foram deixados: o nome Costa do Pesqueiro, no município de Manacapuru, área definida para essa pesquisa, cujo ambiente aquático de várzea (rios e lagos) possui uma grande fartura de peixe, tanto para consumo quanto para comercialização (tabela 07). E o outro foi a pesca comercial como uma das primeiras atividades econômicas no período colonial na Amazônia.

Tabela 07: Principais espécies de peixes da Costa do Pesqueiro no baixo rio Solimões em Manacapuru/AM:

<u>Denominação Regional</u>	<u>Nome Científico</u>
Acará-açu	<i>Astronotus ocellatus</i>
Aracú	<i>Leporinus</i> spp.
Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>
Acari/bodó	<i>Hipostomus</i> ssp.
Branquinha	<i>Potamorhina altamaronico</i>
Cascuda	<i>Psectrogaster amazônica</i>
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>
Jaraqui	<i>Semaprochilodus insignis</i>
Mandi	<i>Pimelodus blochii</i>
Matrinchã	<i>Brycon</i> spp.
Pacu	<i>Myleus</i> spp.
Pescada	<i>Plagioacion</i> spp.
Piranha	<i>Pygocentrus natteroni</i>
Sardinha	<i>Triportheus albus</i>
Tucunaré	<i>Chico</i> spp.

Caparari*	Pseudoplatystoma tigrinum
Dourada*	Brachyplatystoma flavicans
Piraíba*	Brachyplatystoma filamentosum
Piramutaba*	Brachyplatystoma vaillanti
Pirarara*	Phractocophalus hemilipetus
Surubim*	Pseudoplatystoma fasciatum

Fonte: Pesquisa de campo, 2009/2010.

Organização: Antonio Carlos Souza, 2010.

* peixes sem escamas do tipo bagre, regionalmente denominados de couro/liso. Os preferidos pelos frigoríficos de Manacapuru.

No final do século XIX e início do século XX foram organizadas em Manaus, as primeiras empresas de canoas movidas a remo e à vela, denominadas de *poveras*⁴² que pertenciam aos portugueses e eram responsáveis pelo abastecimento de pescado para a capital amazonense a fim de atender a crescente demanda urbana por peixe, principalmente durante as primeiras décadas do século passado. Cruz (op.cit.:2007:165) destaca que:

A pesca realizada por essas canoas se limitava apenas ao rio principal e paranás. A pesca nos lagos, particularmente os de várzea, era exercida apenas pelos camponeses-ribeirinhos. No entanto, estes, após a realização das pescarias destinavam parte da captura para o abastecimento da casa, negociavam com os portugueses. As espécies de peixe mais procurados eram a pescada, o tambaqui e o pirarucu, todas espécies de escamas. Os peixes de couro/liso não eram capturados e nem negociados com os donos das poveras.

No final da década de 1940 e início da década de 1950 começa a aparecer na região amazônica os primeiros barcos de pesca, movidos a motores a diesel, acoplados com grandes caixas de gelo com capacidade de armazenar grandes quantidades de peixe.

⁴² Alusivo a região de Povoá de Varzim, norte de Portugal, de onde migraram esses pescadores portugueses.

Com a introdução de barcos motorizados para a atividade pesqueira, na região, as formas de armazenagem, conservação, transporte e comercialização começam a mudar de forma significativa. A relação distância/tempo diminui, fazendo com que os barcos ao deslocar-se mais rápido, consigam alcançar lugares pouco explorados.

Assim, os avanços tecnológicos na pesca ocorrem simultaneamente com o crescimento da população urbana das cidades amazônicas e, por conseguinte, do aumento da demanda por peixe. As exportações de peixes para os mercados nacional e internacional, sobretudo os peixes de couro/liso, principalmente a partir da década de 1980, impulsiona ainda mais essa demanda (McGRATH, 1993).

O desenvolvimento da pesca comercial na Amazônia é marcada pela intervenção das estratégias de desenvolvimento econômico adotadas para a região e pela falência dos “ciclos” econômicos da borracha e da malva, sobretudo, a partir da década de 60 pelo regime militar. O advento do modo de produção capitalista na Amazônia insere os grupos sociais locais, as comunidades ribeirinhas, num processo de otimização (ainda que inicialmente rústica) da captura do pescado (RAPOZO et.al.,2009:193).

Pode-se afirmar que desde os *pesqueiros reais* começa a haver uma transformação cultural e socioeconômica no setor pesqueiro que vão desde as canoas de pesca-poveras, passando pelos barcos motorizados, o aparecimento da malhadeira até chegar aos conflitos representados pela pesca dos camponeses-ribeirinhos *versus* a pesca dos pescadores profissionais embarcados.

Outra transformação verificada na várzea do baixo rio Solimões diz respeito, justamente, a utilização do rio principal que era pouco utilizado para a atividade pesqueira pelos camponeses-ribeirinhos. Com o avanço da pesca comercial e, por conseguinte, da chegada/instalação de frigoríficos na sede municipal (figura 36), inicia-se um aumento considerável da atividade pesqueira no rio Solimões.



Figura 36: frigorífico/flutuante que funciona como entreposto para recebimento e comercialização de pescado (Manacapuru/AM). Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Até então, os camponeses-ribeirinhos utilizavam mais o ambiente lago, dedicando-se, de modo geral, a pesca de peixes de escama, sendo que as espécies denominadas *bagres* continuavam a ser depreciadas, pois existia e ainda existe a crença de que se trata de espécies “*remosas*”, e que a sua ingestão pode ocasionar/provocar o aparecimento de doenças ou outras moléstias como a hanseníase.

Diante desse tabu, essas espécies eram pouco aproveitadas, pois não tinham valor comercial⁴³.

Pouco a pouco na medida em que cresce o número de frigoríficos no Estado do Amazonas, principalmente a partir de meados dos anos 70, esse tabu

⁴³ No capítulo 1, desta dissertação, destacamos que nas comunidades das várzeas de Manacapuru, a força da religiosidade é muito marcante. Talvez esteja aí uma explicação histórica para tamanha rejeição aos peixes de couro/liso, pois a Bíblia Sagrada, em Levítico 11:09-11 (Leis sobre os animais limpos e imundos), considera e proíbe o consumo dos animais que vivem nos mares e nos rios, que não tenham barbatanas ou escamas.

começa a cair, pois a pesca dos peixes lisos começa a acontecer de forma mais intensa pelos camponeses-ribeirinhos no rio Solimões a fim de atender os mercados nacional e internacional. Transformação percebida por Cruz, ao pontuar que:

A partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, essa forma de pesca no rio sofreu profundas alterações. Tem-se, portanto, a partir desse momento, a expansão do capital na pesca de várzea de Manacapuru por meio das instalações dos frigoríficos na sede do município. Esse fato é marcante em várias localidades, principalmente naquelas mais próximas à sede como, por exemplo, a Costa do Pesqueiro (CRUZ, op.cit.:2007:174).

Esse processo gerou uma concorrência nunca antes vista no rio Solimões, o que acabou impulsionando os camponeses-ribeirinhos a delimitar, no final dos anos 80 e início da década de 90 do século 20, verdadeiras territorialidades de pesca (CRUZ, op.cit.:2009:255).

Outra transformação importante, verificada nas várzeas do baixo rio Solimões, que contribuiu para a intensificação da captura do peixe liso foi o aumento dos motores de popas nas canoas comumente denominados de “rabeta” ou “honda”, que passaram a ser adquiridos nos mercados de Manacapuru e de Manaus, facilitados pela queda nos preços e a obtenção de crediários. Essa aquisição, na vida dos camponeses-ribeirinhos, vai ser percebida na redução do tempo e da distância, fazendo com que os mesmos passem a se deslocar para áreas mais distantes em busca desse pescado (figura 37).



Figura 37: camponês-ribeirinho deslocando-se para preparar o lanço (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Os caboclos-ribeirinhos antes de conseguirem ter acesso aos motores denominados “rabetas”, intensificavam a pesca no período denominado de águas baixas (de agosto a dezembro). Contudo, com o aumento da procura pelos peixes lisos a pesca passou a ser realizada durante todo o ano (figura 38). Mas vale ressaltar o que assevera Cruz (op.cit: 2009:257):

Apesar disso, é no período de águas baixas, que corresponde ao verão amazônico, que essa pescaria dos peixes lisos se intensifica na várzea de Manacapuru, gerando, por conseguinte, uma competição entre as turmas de pescadores que atuam nesse importante espaço aquático. Isso vai impulsionar as turmas de camponeses-ribeirinhos a manter as fronteiras das territorialidades de pesca com mais exatidão. Ou melhor, por causa da maior disponibilidade de peixes nesse período e da maior competição pela captura eles procuram defender, com afinco, os limites dessas territorialidades de pesca.



Figura 38: camponês-ribeirinho realizando a pesca do peixe liso (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Galvão et.al. (1985) apud Lima (1994) enfatiza que “do ponto de vista legal as várzeas são consideradas “terras de marinha”. Portanto não podem ser tituladas. Alguns produtores possuem alguma forma de direito de uso, porém a maioria é constituída por posseiros, ocupantes e arrendatários”.

O avanço dos frigoríficos e, por conseguinte, da pesca, no baixo rio Solimões nas décadas de 1970 e 1980 relaciona-se tanto a fatores naturais quanto econômicos. As grandes cheias (acima de 28 metros) e as cheias excepcionais (acima de 29 metros) marcaram essa década. As terras de trabalho

foram comprometidas e as diversas culturas agrícolas seguidamente perdidas afetando a renda dos camponeses-ribeirinhos. Como alternativa econômica substitutiva, os camponeses-ribeirinhos começam a se direcionar para as atividades pesqueiras, sobretudo, a pesca do peixe de couro/liso.

O trabalho nos sítios ficou prejudicado porque os camponeses-ribeirinhos passaram a permanecer mais tempo na atividade pesqueira do que nas roças, por exemplo. A pesca pouco a pouco, por representar um retorno (em dinheiro) de forma mais imediata⁴⁴ passou a coexistir e até mesmo prevalecer sobre as atividades agrícolas.

Cruz (op.cit.:2007:162) nos traz uma importante contribuição para o debate ao afirmar que:

É desse ambiente que os camponeses-ribeirinhos têm retirado parte significativa de sua existência por meio da pesca. **A maioria deles tinha na agricultura sua atividade principal.** Entretanto, durante a folga do roçado ou parte da noite, se dedicavam à atividade pesqueira [grifo nosso].

Estabelecendo um paralelo entre os acontecimentos provocados pelas grandes e excepcionais cheias das décadas de 1970 e 1980 com a cheia excepcional de 2009 (a maior da história) que desestruturou os sítios da Costa do Pesqueiro pode-se perceber o porquê do aumento dessa atividade. Observa-se que em algumas famílias da Costa do Pesqueiro, a pesca deixou de exercer um papel complementar ou secundário aos sítios. A pesca passou a exercer uma posição de primeira grandeza, uma alternativa de subsistência, compondo cada vez mais o cenário das terras de trabalho (figura 39).

⁴⁴ Esse imediatismo refere-se ao fato de que os camponeses-ribeirinhos não terem que esperar o resultado e/ou sucesso de uma cultura de ciclo curto ou perene para daí negociar/comercializar. No caso da pesca, principalmente o peixe liso, basta ter o produto que a venda é certa. No caso da Costa do Pesqueiro é muito comum os moradores dessa comunidade, quase que diariamente, serem encontrados na cidade de Manacapuru negociando seu pescado nos frigoríficos/flutuantes. Seguindo a concepção de *valor-de-uso* (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria), o peixe liso transforma-se no café, no açúcar, no feijão etc.



Figura 39: camponês-ribeirinho tecendo malhadeira (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Diante disso, começa a haver uma forte pressão sobre os estoques de peixes (tanto de escama quanto liso) nas várzeas do baixo rio Solimões. Essa forte pressão será constatada através das “*territorialidades de pesca*” personificados na proteção do rio contra a invasão de pescadores de outras localidades; como também pelo “sistema de vez” de vez introduzido no lanço. Segundo Cruz (op.cit:2009:272) o sistema de vez:

É uma forma encontrada pelos camponeses-ribeirinhos para reduzir a pressão em cima dos estoques de peixes lisos disponíveis no rio Solimões, sendo também um mecanismo mais justo para o pescador. Por isso, esse rigor [...] em proteger e normatizar o uso dessa porção de água apropriada de forma comum.

Conflitos dessa natureza ainda não são tão visíveis na Costa do Pesqueiro, onde se observa o “respeito” dos camponeses-ribeirinhos quanto à “vez” de executar o lanço.

Perguntado a alguns moradores se existe algum conflito em forma de briga, desentendimento ou disputa pelo melhor local de pesca, os mesmos deram os seguintes depoimentos:

Eu nunca vi. Cada um respeita a vez do outro (Senhor I.S., aposentado, 77 anos).

Não tem problema. Só tem problema se não respeitar a vez do outro (Senhora Z., professora, 57 anos).

Outro morador, no entanto, apresenta uma opinião divergente, ao afirmar que:

Levaram a “rede” do rapaz, agora ele vai ter que comprar outra. Só porque eu não deixei eles colocarem mais o lanço na frente de casa. Eles não me davam nada, não deixei mais. Esse rapaz que eu deixo pescar me dá alguns peixes (Senhor M., aposentado, 79 anos).

Dentro dessa dicotomia que parece estar surgindo entre o futuro dos sítios e a empreitada, ao que tudo indica sem volta, em direção à pesca, o depoimento de um camponês-ribeirinho residente na comunidade desde que nasceu, deixa-nos ao mesmo tempo reflexões e interrogações:

Estão se dando melhor na pesca, por isso estão abandonando os sítios. É contado as pessoas que ainda estão no sítio. A pesca dá mais resultado, mas eles se enganam. Tá certo, eu ganhei dinheiro. Foram 32 anos só pescando, mas ela acaba com a saúde, é exaustivo, cansativo... (Senhor E., aposentado, 72 anos).

Isto nos conduz a refletir que para o camponês a necessidade da renda é um estimulador de mudanças, porém ela aparece como uma atividade a mais, nunca suprimindo sua condição de policultor e atuador em diversas atividades poliprodutoras.

3.5 Depois do flagelo da cheia, o dissabor da seca...

Um ano depois de todo o flagelo provocado pela cheia histórica dos Rios Solimões e Amazonas em 2009 no modo de vida dos camponeses-ribeirinhos e o início da reorganização social das formas de produção desses pequenos agricultores, o Estado do Amazonas passou a vivenciar a maior vazante⁴⁵. Foram inúmeros os prejuízos verificados entre os camponeses-ribeirinhos na última grande cheia. É importante destacarmos, mais uma vez que na Costa do pesqueiro, a produção agrícola familiar camponesa fora bastante afetada. As poucas espécies que resistiram ao tempo de enchente/cheia estão servindo basicamente para o consumo interno.

Iniciado o replantio das diversas culturas, sobretudo aquelas de maior valor econômico e nutritivo e a retomada dos laços familiares, de parentesco, amizade e parceria, não se esperava que de forma tão rápida a vida lhes “pregasse uma peça”. Ocorre que da mesma forma que o fenômeno enchente/cheia pode destruir plantações e afugentar os camponeses-ribeirinhos, uma vazante histórica, a maior já registrada em 108 anos, pode ter consequências parecidas, ou piores (figura 40).

⁴⁵Da mesma forma que a repercussão e consequências da última grande cheia na Amazônia do ponto de vista material e cultural nos abrem um vasto leque de estudo, assim também as consequências das grandes vazantes, pouco estudadas. Um ponto de partida podem ser as matérias publicadas: *AM já vive vazante histórica*. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 23 de outubro de 2010. / *Vazante no Rio Negro é a 2ª maior em 108 anos*. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 21 de outubro de 2010. / *Barcos ancorados: seca mudou a paisagem das marinas. Todas estão tomadas por canoas, lanchas, barcos que aguardam o retorno das águas*. Jornal A Crítica. Manaus, 31 de outubro de 2010. / *Vazante: maioria das estações registra subida dos rios*. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 30 de outubro de 2010. / *Estado destina R\$ 6,5 mi para cidades atingidas por vazante*. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 28 de outubro de 2010. / *Ribeirinhos no seco: mudança de hábito*. Jornal A Crítica. Manaus, 24 de outubro de 2010. / *Vazante do Rio Negro bate recorde de 1963*. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 25 de outubro de 2010.



Figura 40: Cenário da seca no rio Solimões (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Se de certa forma uma grande enchente/cheia destrutura a produção; a obtenção de alimentos como o pescado e principalmente as vias de tráfego e comunicação não ficam tão comprometidas. É o oposto de uma extrema vazante. As cheias, grandes cheias e as cheias excepcionais já fazem parte do imaginário dos camponeses-ribeirinhos, pois de certa forma esse fenômeno ano a ano já é esperado. Contudo, uma vazante histórica de 13,63 metros superando o recorde de 1963 (13,64 metros) vindo logo após a maior enchente da história dos rios Negros e Solimões, só poderiam causar mais flagelo e cenas de desolação (figura 41).

A seca nos rios do Estado foi causada pela diminuição das chuvas em suas áreas de nascente na Colômbia e na Venezuela (Rio Negro) e na Cordilheira dos Andes, no Equador e no Peru (Solimões-Amazonas). Com a falta de chuva nas calhas dos Rios Juruá, Purus e Solimões iniciou-se um período de enorme vazante⁴⁶.

⁴⁶ CPRM, 2010.

Em virtude da baixa dos rios, 38 dos 62 municípios do Amazonas decretaram situação de emergência. Em Iranduba, a vazante histórica deixou 3 mil moradores isolados. Em lugares onde o acesso se dá exclusivamente por via fluvial, a vazante total dos rios tem obrigado famílias a caminharem até nove quilômetros pela floresta ou pela lama até outras comunidades. Em Manaus quatro unidades de geração de energia pararam de funcionar, por conta da vazante do Rio Negro. O Ministério da Integração Nacional liberou R\$ 23 milhões para medidas de socorro e assistência⁴⁷. Segundo o Ministério, os recursos serão empregados na aquisição de cestas básicas, filtros purificadores, motobomba, equipamentos para fornecimento de água potável e barracas, além da locação de carros-pipa e caminhões. A Força Aérea Brasileira e a Defesa Civil já distribuíram 600 toneladas de kits com cestas básicas, produtos de higiene e medicamentos para 38 mil famílias⁴⁸.



Figura 41: Flutuante “em terra” na seca do rio Solimões (Costa do Pesqueiro). Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

⁴⁷ VAZANTE do rio Negro bate recorde de 1963. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 25 de outubro de 2010.

⁴⁸ VAZANTE avança em rios do Amazonas. Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 23 de outubro de 2010.

Por conta da seca no Estado, um dos produtos mais consumidos pela população amazonense, o peixe, ficou 400% mais caro nas feiras e mercados locais. De acordo com o levantamento realizado pela Federação de Pescadores do Amazonas (Fepesca), o valor do cento do jaraqui e de espécies mais populares, como o pacu e o curimatã, passou da média de R\$ 20 para R\$ 100. A subida nos preços alcançou também os pescados mais valorizados no mercado, como o tambaqui, que registrou uma variação no valor de aproximadamente 80%. Em junho deste ano 240 toneladas desembarcavam por dia em Manaus, diferente das atuais 40 toneladas, uma redução superior a 80%⁴⁹.

Na Costa do Pesqueiro não foi diferente. Eles vivenciaram a maior cheia e passaram a vivenciar a maior seca da história da Amazônia. Com o nível das águas do rio Solimões-Amazonas ficando abaixo da normalidade até trafegar de canoa ou rabeta ficou comprometido. Muitos moradores pegos de surpresa viram suas canoas ficarem encalhadas. A pesca diminuiu devido às distâncias, comprometendo o grau de acesso aos recursos de várzea. Os flutuantes encalhados perderam a função de armazenadores/estocadores de peixes porque também devido às distâncias ficou inviável a compra e o transporte de gelo da cidade de Manacapuru. Não só o gelo, mas toda uma logística ficou comprometida: a obtenção de água, de combustível, o escoamento da produção etc.

Os moradores do lugar tiveram grandes dificuldades para pescar e de escoar os produtos. Tiveram, também, que caminhar por longas distâncias da margem do rio até suas casas no topo da restinga (figura 42). O pescado ficou escasso. O pouco pescado conseguido passou a ser comercializado diretamente em Manacapuru. Subir e descer barrancos na restinga passou a ser uma constante.

⁴⁹ PEIXE até 400% mais caro no Amazonas. Jornal Amazonas em Tempo. Manaus, 12 de novembro de 2010.

Por causa da vazante, a Escola Lima Bernardo, da comunidade, teve que dar recesso de 15 dias para cerca de 280 alunos do ensino fundamental. O curso de técnico agrícola que funciona no turno da noite para cerca de 40 alunos também foi interrompido. Além da falta de transporte, o motivo alegado foi a falta de água potável para os alunos.

Mais uma vez a economia familiar local demonstrou suas ambivalências e vulnerabilidades, mas pode mostrar também suas resiliências. Resiliências demonstradas na ajuda mútua entre os moradores da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da Comunidade Nova Jerusalém, que passaram a se ajudar mutuamente transportando principalmente os mais idosos e as mulheres que necessitavam, por exemplo, deslocar-se até a sede de Manacapuru para comprar mantimentos (gelo, carne, combustível etc) ou fazer um tratamento médico.

Profundos conhecedores das várzeas amazônicas, os camponeses-ribeirinhos aprenderam com o tempo a lidar e superar os riscos ambientais e de capitalização.

Com a pesca, a criação de pequenos animais e a agricultura desestruturadas, mais uma vez os benefícios sociais, as aposentadorias e os salários diretos⁵⁰ tiveram grande importância. Ao longo do calendário anual de atividades agrícolas cada atividade possui padrões distintos de importância na economia familiar.

⁵⁰ Sobre a questão ver: CASTRO, Fábio de. Economia Familiar Cabocla na Várzea do Médio-Baixo Amazonas. In: Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, (173-194).



Figura 42: Dificuldade de locomoção provocada pela seca do rio Solimões (Costa do Pesqueiro).
Fotografia de Antonio Carlos Souza, 2010.

Entre os benefícios sociais pode-se destacar o “seguro-defeso”⁵¹ pago aos pescadores cooperativados e o programa “bolsa família” pago aos estudantes de baixa renda, mas, principalmente, as aposentadorias conseguidas pela comunidade aos trabalhadores mais idosos. Com o “aval” da comunidade e o reconhecimento de tratar-se, de fato, de um agricultor, os moradores mais antigos passaram a receber o benefício de um salário mínimo pago pelo INSS. O trabalho assalariado na comunidade encontra-se diretamente relacionado às atividades de ensino (professores, auxiliares administrativos etc).

O trabalho assalariado e a aposentadoria são fontes de renda direta utilizadas para gastos imediatos, emergenciais, e de pequenos investimentos (CASTRO, 2006). Cada vez mais, diante de tantas adversidades os moradores mais antigos passam a exercer um papel de grande importância na economia

⁵¹ Trata-se de uma assistência financeira concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal e que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. O pescador não pode ter vínculo de emprego. O defeso tem o objetivo de garantir a reprodução de espécies ameaçadas, o que é importante para a renovação dos estoques pesqueiros. O Governo Federal paga o seguro-defeso para os pescadores não explorarem espécies como o aruanã, pacu, sardinha, pirapitinga, mapará e tambaqui até o dia 15 de março. O valor de cada parcela é de um salário mínimo ([www.mte.gov.br/acesso: 17/11/2010](http://www.mte.gov.br/acesso:17/11/2010)).

familiar da Costa do Pesqueiro. Comentou-se anteriormente que na época da enchente/cheia os camponeses-ribeirinhos sem nenhum benefício passaram por momentos de grande privação. Os moradores mais idosos, amparados pelos seus benefícios passam a executar “*pouco esforço*”. Não tendo, por exemplo, que dispensar grande tempo e esforço em atividades como a pesca. Dessa forma, o simples ato de comprar o pescado do vizinho passa a ter uma significância das mais importantes.

Considerações Finais

O estudo apresentado buscou compreender a importância da várzea no modo de vida dos camponeses-ribeirinhos, bem como o processo de formação/transformação dos sítios no ambiente de várzea do complexo Solimões-Amazonas, levando-se em conta as principais práticas de manejo e a relação desses camponeses-ribeirinhos com as mudanças significativas que vem ocorrendo nesse ambiente.

Nos séculos XIX e XX, no período do “boom da borracha” predominavam na paisagem dos sítios grandes seringais e cacoais, pois essas culturas consorciadas apresentavam um alto valor no mercado. Com a decadência do ciclo da borracha e o baixo preço oferecido pelo cacau, conseqüentemente essas duas culturas passaram a ser substituídas por culturais mais rentáveis, principalmente a partir da década de 1970.

O enriquecimento dos antigos sítios com novos componentes arbóreo-frutíferos como o cupuaçu, o mamão, a goiaba e o maracujá pouco a pouco influenciaram na derrubada desses antigos sítios, e o começo de um dilema provocado pela resistência dos antigos moradores que viram seus pais e avós plantando as seringueiras consorciadas com cacauzeiros. É a força de um “laço afetivo” que insiste e persiste contra a força do cupuaçu.

É importante destacar as transformações que vem ocorrendo na várzea amazônica, e, por conseguinte, nos sítios da Costa do Pesqueiro. Dos grandes seringais e cacoais que predominavam na paisagem até as primeiras décadas do século XX, chegando às atuais tensões vivificadas pelo dilema da derrubada, ou não, dos mesmos.

A natureza não é natural ela é cultural. É o homem que faz a natureza, quer seja a partir de elementos empíricos, quer seja a partir de elementos imaginários

(ARAÚJO, 2007). Diante disso, os resultados do presente estudo nos permitiram perceber as relações existentes entre a organização dos sítios pela população local e as condições impostas pelos fatores naturais.

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da Costa do Pesqueiro é uma das muitas comunidades existentes na várzea da Amazônia que tem na terra, na floresta e na água o sentido de plenitude para sua organização social.

Muitas são as transformações que pouco a pouco vem acontecendo no interior dessa comunidade católica. As transformações orquestradas pela fé fizeram surgir no seu interior uma comunidade evangélica denominada de Nova Jerusalém, fazendo com que as mesmas passassem a coexistir.

Sem dúvida, as transformações mais pertinentes na Costa do Pesqueiro relacionam-se com os sítios e o avanço da pesca do peixe liso no lugar. Os sítios sendo cada vez mais enriquecidos por culturas de grande valor comercial nos mercados de Manacapuru e de Manaus; e a pesca, que pouco a pouco passa a deixar de exercer um papel coadjuvante nas terras de trabalho na medida em que os bagres passam a ter grande força de exportação/comercialização. Inevitavelmente, a pesca do peixe liso influenciada pelas novas relações capitalistas e caracterizada pela implantação de inúmeros frigoríficos na sede do município de Manacapuru está provocando novas territorialidades, mudanças e rupturas dentro de seu território físico e social.

Geralmente, a Amazônia é tratada como um todo, como se explicável “duma só feita”, talvez mais pelo que dela se ignora, do que pelo que se conhece, tanto em termos sociais diferenciadas, evitando-se generalizações arbitrárias, reducionistas e ineficazes para explicar situações multifacetadas, tanto em relação aos ecossistemas, como à diversidade das configurações sociais, a sua sociodiversidade (ARAÚJO, 2007).

As grandes enchentes/cheias e suas tribulações ao longo do tempo, pelos seus impactos, ficaram presentes no imaginário dos camponeses-ribeirinhos das várzeas amazônicas, como a grande enchente de 1953 e as sequenciais enchentes da década de 1970. Logo, inevitavelmente, a enchente/cheia (recorde) de 2009 causaria, novamente, muitas repercussões. Semelhante a desestrutura causada pelas enchentes/cheias passadas, novamente a estrutura camponesa familiar dos sítios ficaram comprometidas, pois muitos componentes arbóreo-frutíferos de grande valor comercial, como o mamão, o maracujá e o cupuaçu, não resistiram e tiveram que ser derrubados.

Apesar de tudo, iniciada a vazante, os sítios começaram a ser enriquecidos; os cupuaçuzeiros replantados agora ocupam espaço com novas espécies promissoras como a goiaba; demonstrando, mais uma vez, a capacidade de recuperação da várzea do baixo rio Solimões e dos seus atores sociais que possuem e demonstram uma enorme capacidade de interagir fortalecidos por um poder de regeneração para superar as barreiras e os problemas encontrados na vida em comunidade.

Problemas esses que insistem em desafiar seu modo de vida, trazendo-lhes novas adversidades provocadas, também, pela vazante/seca (a maior da história) trazendo consigo flagelo e desolação. Canoas e flutuantes encalhados, recursos da várzea escassos, pesca reduzida, carência de água, de combustível e, principalmente, a dificuldade de escoar a produção.

Os camponeses-ribeirinhos aprenderam com o tempo a lidar com as ambivalências, aprenderam a fim de superar os desafios ambientais impostos em suas vidas. E isso só é possível pela resiliência de seus laços familiares, de parentesco, de amizade, parceria e ajuda mútua.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para o estudo da dinâmica da várzea amazônica, sobretudo a várzea do baixo rio Solimões, através do estudo dos seus diversos elementos, das formas de produção dos pequenos produtores rurais, denominados nesse estudo de “camponeses-ribeirinhos”. Especialmente,

com relação ao estudo dos “sítios” e a sua dinâmica de funcionamento interferido por fatores econômicos, sociais e naturais.

Referências Bibliográficas

ALFAIA, Sônia Sena. et.al. **Pedologia e Fertilidade dos Solos da Amazônia**. In: Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agronômica no trópico úmido/ Hiroshi Noda, Luiz Augusto Souza, Ozório Fonseca (organizadores). Manaus:INPA, 1997, (179-191).

ARAÚJO, Nelcionei José de Souza. **As tensões territoriais ribeirinhas na reserva extrativista médio Juruá (AM)**. Rio de Janeiro-RJ. Tese de Doutorado, 2007.

BAHRI, Sylvia. **L'agrofloresterie, une alternative pour développement de la plaine alluviale de l'exemple de île du Careiro**. Université de Montpellier II – Sciences et Techniques du Languedoc, Montpellier. Thèse de Doctorat, 1992.

CASTRO, Fábio de. **Economia Familiar Cabocla na Várzea do Médio-Baixo Amazonas**. In: Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, (173-194).

CASTRO, Albejamere Pereira de. et.al. **A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento Socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam**. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (55-88).

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Sítios Agroflorestais na várzea do Careiro**. In: Revista de geografia da Universidade do Amazonas. V.1, N.1, 1999, (105-122).

_____. **Caboclos-ribeirinhos: camponeses da Amazônia**. Mimeo, São Paulo, 1995.

_____. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia.** São Paulo-SP. Tese de Doutorado, 2007.

_____. **Pescando “fera” no baixo rio Solimões – Manacapuru (AM).** In: A pesca na Amazônia Central. Manaus: EDUA, 2009.

ENCHENTE já levou 50% da lavoura no Estado. **Jornal Amazonas Em Tempo.** Manaus, 05 de maio de 2009.

FÁBRICA de pneus em Manaus: empresa está investindo R\$ 80 milhões e vai utilizar borracha de seringais do Amazonas. **Jornal A Crítica.** Manaus, 3 de maio de 2009.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. et.al. **A vida Social das Comunidades do Lago de Manacapuru (AM).** In: A pesca na Amazônia Central. Manaus: EDUA, 2009.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Novo dicionário Geológico – Geomorfológico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre o Conceito de Campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARRIS, Mark. **Presente Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Tempo** In: Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, (81-108).

IRIONDO, Martín H. **Geomorfologia da Planície Amazônica.** Atas do IV Simpósio do Quaternário no Brasil, 1982, (323-348).

JUNK, Wolfgang J. **As Águas da Região Amazônica.** In: Amazônia – Desenvolvimento, Integração, Ecologia. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPQ, 1983.

LEEUWEN, Johannes Van. et.al. **Sistemas Agroflorestais para a Amazônia: Importância e Pesquisas Realizadas**. In: Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido/ Hiroshi Noda, Luiz Augusto Souza, Ozório Fonseca (organizadores). Manaus:INPA, 1997, (131-146).

LIMA, Deborah (org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LIMA, Roberval B. **Descrição, composição e manejo dos cultivos mistos de quintal na várzea da “Costa do Caldeirão”**, Iranduba-AM. Dissertação de Mestrado, 1994.

MANACAPURU. **Levantamento Sócio Econômico da Costa do Pesqueiro**. Acompanhamento de uma comunidade de várzea do Município de Manacapuru, “Projeto Piloto para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manacapuru”, 2002.

MANAUS. **Legislação Ambiental Brasileira**. Vara Especializada do meio Ambiente e Questões Agrárias – VEMAQA, 2001.

McGRATH, David. et al. **Varzeiros, Geleiros e o Manejo dos recursos naturais na Várzea do baixo Amazonas**. In: cadernos do NAEA da UFPA, nº 11, 1993 (91-122).

MENDONÇA, Maria Silvia de. et.al. **Etnobotânica e o saber tradicional**. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (91-105).

MORAN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

NODA, Sandra do Nascimento (org.). **Agricultura familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

_____.et.al. **O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas.** In: Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido/ Hiroshi Noda, Luiz Augusto Souza, Ozório Fonseca (organizadores). Manaus:INPA, 1997, (241-280).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil.** Contexto. São Paulo, 1996.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **A várzea do Médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida.** In: Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005, (101-156).

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEIXE até 400% mais caro no Amazonas. **Jornal Amazonas em Tempo.** Manaus, 12 de novembro de 2010.

PEREIRA, Henrique dos Santos. **A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas.** In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (11-52).

PREÇO nas alturas: a enchente invadiu a várzea e prejudicou a produção regional de cebola, chicória e o coentro, que ficou até 400% mais caro. **Jornal A Crítica.** Manaus, 24 de maio de 2009.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** São Paulo: Rêspel, 2008.

Projeto ORSTON/INPA/CEE. **Conditions écologiques et économiques de la production d' une île de varzea: île du Careiro.** Rapport terminal, Manaus-Am, 1988.

RADAM-BRASIL – 1973/1978. **Subdivisão Fitogeográfica, Tipos de Vegetação, Conservação e Inventário Florístico da Floresta Amazônica.**

RAPOZO, Pedro. et.al. **Pescadores e territórios sociais no mundo do trabalho da pesca na Costa do Pesqueiro II, baixo Rio Solimões – Manacapuru (AM).** In: A pesca na Amazônia Central. Manaus: EDUA, 2009.

RIBEIRO, Maria de Albuquerque; FABRÉ, Nídia Noemi. et.al. **Sistemas Abertos Sustentáveis – SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2003.

RODRIGUES, José Maria Gomes. et.al. **A Entomologia Agrícola na Amazônia Central.** In: Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido/ Hiroshi Noda, Luiz Augusto Souza, Ozório Fonseca (organizadores). Manaus:INPA, 1997, (147-177).

SALES, Nadir et.al. **As maiores “cheias” e “secas” no Amazonas e as influências dos fenômenos “El Niño”, “La Niña”, “ODP” e “OMA”** (www.cbmet2010.com/acesso: 01/11/2010).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações.** Estudos CEBRAP, nº 26, Vozes, 1980.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das letras, 1996.

VAZANTE avança em rios do Amazonas. **Jornal Diário do Amazonas.** Manaus, 23 de outubro de 2010.

VAZANTE do rio Negro bate recorde de 1963. **Jornal Diário do Amazonas.** Manaus, 25 de outubro de 2010.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

ANEXO

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL

1. Classificação Etária do Entrevistado:

10 – 20 anos	20 – 60 anos	+ de 60 anos

2. Onde nasceu?

Há quanto tempo reside na comunidade?

Onde morava antes?.....

3. Qual a sua condição como produtor?

() sócio, parceiro, meeiro () ocupante/posseiro () arrendatário ()
proprietário () empregado () outros.

4. Quais os instrumentos de trabalho disponíveis?

() terçado () motosserra () enxada () machado () foice () outros.

5. Tem alguma dificuldade para produzir, escoar ou comercializar a produção?

() Sim () Não

Quais?

.....
.....
.....
.....

6. É proprietário (a) do imóvel? () Sim () Não

7. Quais as principais atividades desenvolvidas na propriedade:

() hortaliças () pomar () criação de aves () pesca () coleta ()
subprodutos da floresta () caça () criação de gado () outros.

8. Qual a sua escolaridade:

() fundamental incompleto () fundamental completo () analfabeto ()
ensino médio incompleto () ensino médio completo () superior

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Como eram os sítios antigamente?

.....
.....
.....
.....

2. O senhor é descendente dos primeiros moradores que plantaram as seringueiras?

.....
.....
.....
.....

3. Que tipos de utensílios eram mais usados?

.....
.....
.....
.....

4. Quais eram as espécies frutíferas mais plantadas?

.....
.....
.....
.....

5. O senhor planta somente para o próprio consumo ou vende parte da produção?

.....
.....
.....
.....

6. O senhor está derrubando as seringueiras e cacauzeiros do seu terreno?

.....
.....
.....
.....

7. Além de trabalhar no sítio e no roçado, o senhor também pesca?

.....
.....
.....
.....

8. O senhor pesca somente para o próprio consumo ou vende parte do pescado?

.....
.....
.....
.....

9. O senhor se interessa em pescar mais o peixe liso ou o peixe de escama?

.....
.....
.....
.....

10. Quais espécies de peixe são mais fáceis de serem comercializadas: o peixe liso ou o peixe de escama?

.....
.....
.....
.....

11. O senhor tem muitas plantações de cupuaçu no seu terreno?

.....
.....
.....
.....

12. O senhor comercializa o cupuaçu diretamente com o atravessador ou vende o cupuaçu no mercado de Manacapuru?

.....
.....
.....
.....

13. É mais negócio vender o cupuaçu inteiro ou vender a polpa?

.....
.....
.....
.....

14. O senhor vai continuar plantando o cupuaçu mesmo com a perda causada pela cheia?

.....
.....

.....
.....

15. Se o senhor desistir de plantar o cupuaçu, por causa da cheia, o senhor pretende investir em outro produto? Qual?

.....
.....
.....
.....

16. Com a seca, houve diminuição da quantidade de peixes nos locais onde vocês pescam?

.....
.....
.....
.....

17. Existe algum conflito (briga, desentendimento, disputa pelo melhor ponto) nos locais onde é realizada a pesca?

.....
.....
.....
.....